

# PORTUGAL DEMOCRATICO

REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 — ANO VI — N.º 56 — SÃO PAULO, JANEIRO DE 1962 — CAIXA POSTAL N.º 4.496

## GOA: SIMBOLO DA DERROCADA



Publicamos, ao lado desta fotografia, o texto do documento distribuído à imprensa, durante a entrevista coletiva concedida por Ruy Luiz Gomes, na tarde de 18 de dezembro passado, em S. Paulo. Entre os jornalistas presentes estavam além dos representantes da imprensa, do rádio e da TV brasileira, os das agências internacionais.

UM GOVERNO  
DE  
MENTIRAS

Trinta e seis horas bastaram. Trinta e seis horas apenas. Em meio aos aplausos e com a ajuda, evidentemente necessária, dos indianos de Goa, o exército da Índia acabou com o secular colonialismo português em terras indianas.

Até horas antes, Salazar e os seus propagandistas, alguns deles jornalistas estrangeiros "imparciais", continuavam a proclamar que Goa era Portugal, que os goeses eram tão portugueses quanto os lisboetas e que a campanha pela libertação de Goa não passava de agitação de meia dúzia de energúmenos, a serviço de Moscou.

Salazar mentia. Os vendidos, por ele comprados com dinheiro roubado ao povo português, mentiam. Ele e seus apaniguados continuarão mentindo.

Mentira é a história que procuram inculcar no espírito do povo; mentira é a pobreza "natural" do país com que procuram encobrir o saque a que o submeteram e submetem; mentira é a censura que não deixa ler aqueles poucos que o sabem; mentira é o ensino "obrigatório"; mentira são as campanhas de alfabetização; mentira são os planos de fomento que só aumentam a mi-

### À IMPRENSA BRASILEIRA

Aproveito a oportunidade da minha passagem por São Paulo para saudar a Imprensa desta progressiva cidade e do Brasil em geral. Tenho conhecimento de que vivem nesta Metrópole mais de 200.000 compatriotas meus aos quais nesta ocasião endereço também as minhas mais vivas saudações. Ao Povo Brasileiro, que com tanta nobreza tem sabido acolher os Portugueses forçados a abandonar a sua Pátria por razões ideológicas, manifesto a expressão dos meus agradecimentos mais calorosos.

Como antigo candidato à Presidência da República sinto-me, antes do mais, na obrigação de esclarecer a minha posição política. A minha candidatura de 1951 foi apresentada por cerca de 300 personalidades democráticas dos mais variados sectores da Oposição ao Estado Novo e aceita pelo Supremo Tribunal de Justiça. Desejo declarar expressamente que não pertenço a qualquer agremiação partidária tendo sempre lutado ardorosamente pela Unidade de todas as forças democráticas.

Esta constância da minha situação política corre paralelamente à minha posição em referência ao caso de Goa. Assim, já em 1954, o Movimento Nacional Democrático de que na altura eu era Presidente tentou vir a público com um documento em que se reivindicava o direito à auto-determinação dos Povos Coloniais e que apelava para o Presidente da República no sentido "de que o diferendo com a União Indiana fosse resolvido por negociações, tendo em vista as legítimas aspirações dos Povos de Goa, Damão e Diu". Procurava assim, já em 1954, e na defesa dos legítimos interesses do Povo Português, evitar que se atingisse a situação dramática perante a qual nos encontramos e de que é único responsável o Governo de Salazar.

Em face dos atuais acontecimentos enviei esta madrugada um telegrama ao Presidente do Conselho de Segurança da O.N.U. no qual manifestava o meu apoio a "toda a decisão daquele organismo no sentido de um imediato cessar fogo, assegurando o direito à auto-determinação das populações daquelas colónias". Tenho conhecimento de que este telegrama foi posteriormente endossado por Organizações Democráticas Portuguesas do Brasil e por representantes de entidades oposicionistas portuguesas da França, Itália, Venezuela, Uruguai, Argentina, Canadá e Estados Unidos.

O meu ponto de vista em relação ao caso de Goa, que interpreta a vontade do nosso Povo estende-se também ao problema das restantes colónias portuguesas. Desde longa data que vimos reclamando a formação de um Governo que dê garantias de praticar uma política de Paz e de respeitar os direitos fundamentais dos cidadãos. Salazar sempre se recusou sistematicamente a conceder essas garantias e a entabular negociações sobre os casos de mais premente interesse para a Nação.

Os fatos atuais veem pois, mais uma vez, demonstrar que o único caminho para a solução da situação política portuguesa consiste no derrubamento do regime que há 35 anos domina Portugal pela força. É através da Unidade de todas as correntes democráticas portuguesas, que sempre preconizei, que se poderá alcançar este objetivo.

São Paulo, 18 de dezembro de 1961.  
Ruy Luiz Gomes.

séria; mentira é a "ordem" que reina nas ruas, feita de prepotência; mentira é não haver lutas do Povo contra a ditadura, e não haver presos e perseguidos políticos em Portugal; mentira são as "eleições"; mentira são as "províncias ultramarinas", onde outros povos são explorados até à escravatura por algumas centenas de capatazes; mentira é a "pacificação" da terra angolana tripudiada, onde o povo, mil vezes ultrajado, luta pela sua liberdade; mentira são os comícios de desagravo; mentira, mentira, mentira.

A verdade começa a vir à tona, e, com ela, o povo português sairá às ruas para derrubar o regime fascista de Salazar, para acabar com o fardo de trinta e cinco anos de injustiças e miséria, e retomar em suas mãos o destino de liberdade e abundância a que todos os povos têm direito, mas que cada um tem de conquistar.

Mais do que nunca, é urgente derrubar Salazar. Que se esqueça tudo o resto, que todos se unam nessa tarefa patriótica e libertadora, que o fascismo salazarista seja destruído até ao último vestígio.

PORTUGAL  
DEMOCRATICO



# Alvaro Cunhal:

## «União na ação e para a ação»

“O regime de Salazar atravessa a maior crise da sua história. Aproximamo-nos de um período de grandes lutas de massa.”

(Do enviado especial permanente do “L'HUMANITÉ” — PIERRE COURTADE)

MOSCOU, 9 novembro — O camarada Alvaro Cunhal, que dirigiu a delegação do Partido Comunista português ao XXII Congresso do P.C.U.S., teve a amabilidade de receber o enviado especial do “L'Humanité”.

O camarada Alvaro Cunhal é Secretário Geral do P.C.P. desde o ano passado. Herói da luta antifascista pela independência e a liberdade de seu país, Alvaro Cunhal tem hoje 47 anos, e aderiu ao P.C.P. há 30 anos; passou 13 anos da sua vida na prisão e 6 anos na clandestinidade.

A intervenção de Alvaro Cunhal na tribuna do Congresso provocou uma profunda emoção entre os delegados e no público soviético. Portugal foi um dos primeiros países da Europa a cair sob a ditadura fascista. Trava desde então uma luta heroica contra o regime ultrareacionário e clerical do Dr. Salazar, que alienou a independência de Portugal em benefício dos capitalistas estrangeiros, recusando ao mesmo tempo a independência aos povos de Angola e das outras colônias ferocemente exploradas.

“A missão que se impõe aos portugueses, escrevia recentemente Alvaro Cunhal num grande artigo da “Revue International” (Junho de 1961), intitulado “Portugal numa viragem da sua história” (Portugal a un tournant), é de reconquistar o seu próprio país oprimido pelos imperialismos estrangeiros e por uma meia dúzia de fascistas, seus agentes e seus cúmplices. Portugal deve reconhecer a independência dos povos das suas colônias e conquistar a sua própria independência sobre os imperialistas. Para conseguir realizar a sua missão, é essencial que as forças democráticas de Portugal se unam na ação e para a ação.”

Para derrubar a ditadura fascista, a unidade das forças democráticas é uma necessidade absoluta, declarou-nos A.C.; recentemente foram dados passos importantes neste sentido com a criação da “Junta de Ação Patriótica” onde todas as tendências estão representadas e que dispõe de comités de ação em todo o País, e de um jornal clandestino. A corrente unitária em Portugal é muito forte e a unidade de ação é aceita sem discriminação.

### UNIDADE PARA A VITÓRIA SOBRE A DITADURA

“Nós pensamos, prossegue A.C., que nos aproximamos de um período de grandes lutas de massas; o regime de Salazar atravessa a maior crise da sua história, evidenciada pela revolta dos povos das colônias portuguesas. Esta crise põe a questão da unidade para a vitória sobre a ditadura.

Mas o movimento unitário na emigração não corresponde ainda ao movimento profundo que se manifesta no povo em Portugal. Nós pensamos que é urgente ultrapassar todas as dificuldades e atingir a unidade com os dirigentes portugueses no exílio. As condições fundamentais para a realização desta unidade existem e quanto a nós, estamos dispostos a participar numa conferência com as personalidades mais representativas da emigração.”

Alvaro Cunhal considera que um dos aspectos mais interessantes da situação atual em Portugal é o insucesso da tentativa de Salazar para alargar as bases da ditadura e para isolar o Partido Comunista, sob o pretexto de defender “a integridade da Pátria”, isto é, na realidade, o sistema colonial. Evidentemente nem todos os representantes das forças democráticas queriam perpetuar o jugo colonial sob a forma de uma “fe-

# Goa: O Ruir do Mito

Miguel Urbano Rodrigues

A guerra, ao terminar, como diz Sartre, deixa o homem nu, sem ilusão, entregue às suas próprias forças, ciente de que, doravante, só pode contar consigo mesmo. De longe, sei que essa sensação de vazio esmaga neste momento muita gente em Portugal. Com a particularidade de que a guerra foi extraordinariamente breve — pouco mais de 36 horas — e a derrota total teve por cenário um território situado a mais de 10.000 quilómetros de distância.

Dobram a finados os sinos das igrejas de Lisboa. Perdeu-se Goa. É o fim de uma era e o início de outra. Mas como o homem está sempre atrasado na compreensão da História, a maioria da população mostra-se desorientada, incapaz de entender um acontecimento que representa a libertação de um longo pesadelo. Manifestações organizadas vêm para a rua. Mas ninguém mais acredita. O que subsiste é uma angustia funda, um grande cansaço. Pelo fato de se haver perdido Goa? Não.

Essa perda criou um vácuo porque derrubou valores de que a maioria julgava não tomar sequer conhecimento, mas que marcavam dramaticamente a colectividade. Os mitos ruiam jazem por terra. Mais exactamente o grande mito. O homem da rua não poderia defini-lo. Para ele Goa foi sempre e continua a ser uma palavra nebulosa. Mas o mito funcionava independentemente de se acreditar ou não nele. Marcava o campo-nês, a prostituta, o comerciante, o burocrata de colarinho branco. Vinha do berço, andava no ar, bebia-se no leite materno. Não era preciso frequentar a escola para se ser envolvido pelos seus tentáculos invisíveis.

Os chamados homens esclarecidos, de boa formação universitária, embora reconhecendo a sua existência e lamentando-a, declaravam-se imunes, supunham-se livres da contaminação. Inenunciável. Era precisamente no seio da burguesia que o mito melhor proliferava. Atacava e o doente não se apercebia. Não havia uma consciencialização do mal. E compreende-se porque. Tudo vinha de muito longe, tudo se tornara confuso e esfumado ao longo dos corredores da História. Descer às raízes passara a ser praticamente impossível. O empregado de escritório, o coronel, o legionário, o advogado, o médico, o engenheiro, o político da oposição sofriam o mesmo impacto, o mesmo lento processo de deshumanização e desactualização. Podiam rir-se do Gama, de Albuquerque, de Duarte Pacheco, de Camões; podiam mesmo condenar com sinceridade explosiva o ditador que divinizara o mito, estar até dispostos a sacrificar-se na luta contra o mito. Mas nem por isso cada um deixava de conservar em si, ouicá ignorando-o, os germes venenosos do mito; cada um, consciente ou inconscientemente, pensava e agia como se possuísse uma parcela da fria serenidade do Gama. A genialidade de Albuquerque, do heroísmo sobre-humano de Duarte Pacheco e do talento de Camões.

É doloroso dizê-lo, mas necessário. O português foi-se tornando mais e mais suficiente, na medida em que aumentava o seu desajustamento. Especialmente o português instruído, o português da alta e da média burguesia. Não é um quixote apresenta muitos dos alarmantes sintomas do Quixote; nada tem de Albuquerque, mas exhibe a desmedida arrogância dos Albuquerque. É o português que perdeu o sentido da humanidade, que node ser visceralmente anti-salazarista mas tem a sua própria pessoa num conceito elevadíssimo; é o português que fala e procede com a tranquilidade dos capitães de Quinhentos numa época em que o amor da paz, do trabalho e da ciência destruíram os mitos.

Perdeu-se Goa! E Goa era o símbolo do grande mito. Essa Goa conquistada há 451 anos, onde há 80% de analfabetos e onde ape-

nas 10% da população sabe falar e escrever o português. A “portuguesíssima” Goa, onde as escolas secundárias de inglês contavam dezesete vezes mais alunos do que as escolas portuguesas. A Goa onde, arauto mor do grande mito, Salazar manteve durante sete anos um exercito de dez mil homens. Sete anos de espera para uma guerra de 36 horas! A Goa de Albuquerque e de S. Francisco Xavier, “lusa” até mais não poder, mas ainda há poucos anos vegetando como colônia, governada pelo Ministério das Colônias. Sete de espera, dez mil soldados (1), 36 horas de guerra, dezenas de milhares arrancados ao povo de Portugal e uma humilhação de quatro séculos e meio infligida aos goeses...

O grande mito desapareceu, volatilizou-se. Em menos de dois dias. Falta o desfecho. Falta aguardar agora o regresso dos soldados, dos homens que ao longo de sete nauseantes, de sete intermináveis anos aprenderam a compreender no convívio de um povo escravizado que Goa jamais fora um pedaço de terra portuguesa. Nesta hora em que o grande mito se desfaz, os oficiais e soldados do ultimo exercito português da Índia têm um papel a desempenhar. Cumpre-lhes contribuir para a tomada de consciencia coletiva que reintegrará Portugal no curso da História. Com a perda de Goa, está aberto o caminho para a atualização do homem português.

(1) — Os efetivos do corpo expedicionário foram reduzidos nos ultimos meses, mercê dos acontecimentos de Angola.

(Em “O Est. de S. Paulo”, 24-12-61)

# Natal do Preso Politico

Transporte n.o anterior	36.300,00
A. Souza Palma	500,00
B. V. Vasconcelos	500,00
Luis Caldas Nogueira	1.000,00
Souza Barreirense	100,00
Joaquim Manuel C. Pires	500,00
Abillo	500,00
Comité Portugueses Anti-Fascistas do Uruguai	1.650,00
Jorge Gonçalves de Sousa	500,00
Joaquim Duarte Baptista	5.000,00
Alexandre Leal Dias	200,00
Gonçalves J. A.	500,00
Fernando Lemos	500,00
Helder Costa	500,00
Fernando Costa	500,00
Maria Archer	1.000,00
Arménio	500,00
Manuel Algôdres	500,00
Aldina Alexandre	200,00
Mário Tavares	100,00
Adolfo Casais Monteiro	500,00
Jorge de Sena	500,00
Vitor Ramos	1.000,00
A transportar	53.050,00

deração” de Portugal com as suas colônias.

O Partido Comunista, partidário da independência imediata e completa das colônias, critica estas concepções, mas a despeito das divergências, as forças democráticas encontraram um terreno de ação comum contra a guerra de Angola, contra a repressão terrorista nas colônias, pela libertação dos nacionalistas prisioneiros de Salazar.

### APESAR DO APOIO DA O.T.A.N. O REGIME ESTA' CONDENADO

Assim, a unidade das forças democráticas contra a ditadura fascista manteve-se e reforçou-se. A guerra de Angola é profundamente impopular entre o povo. As manifestações contra a guerra multiplicam-se, incluindo as manifestações de rua, que reúnem os soldados e a população. A jornada de 10 de junho, organizada pelo governo para apoio à guerra foi um completo desastre. Os cinemas e os teatros que deram espetáculos em benefício do exercito ficaram vazios. Os operários recusaram-se a dar o seu dia de salário para a guerra.

Salazar sente perfeitamente que a oposição cresce sem parar. Ele sabe que apesar do apoio dos seus aliados atlânticos o seu regime está condenado a desaparecer.

“Quanto a nós, comunistas, somos pela participação em todas as ações que possam servir e reforçar a unidade de ação para o derrubamento da ditadura. Nós olhamos o futuro cheios de confiança.”

## Ao povo Português

A aviação indiana lançou sobre Goa, na manhã de 17 de dezembro, panfletos dos quais transcrevemos algumas passagens:

Neste momento de grande expectativa em que se ve proxima a nossa libertação de 451 anos de escravatura colonialista portuguesa, e re-união com a Índia-mãe, não podemos esquecer o povo português, que, por sua vez, também está a lutar pela liberdade e justiça contra o INIMIGO COMUM — o fascismo português.

Neste decisivo momento da nossa longamente aguardada libertação, é nos gratos lembrar a corajosa atitude tomada pelos patriotas portugueses, os campeões genuínos da paz, liberdade e progresso dos novos. Eles defendem abertamente a Causa de Goa e sofreram perseguições e penas de prisão por reclamarem solução pacífica do problema de Goa mediante negociações entre os governos da Índia e Portugal. Nesta ocasião solene comovidamente saudamos todos esses bravos portugueses.

Porisso, mais uma vez queremos assegurar ao Povo português que a nossa luta não se dirige contra ele, mas contra o colonialismo e fascismo português.

Nós, o povo de Goa, re-unidos com os nossos irmãos indianos solidamente defenderemos o povo português na sua luta contra a ditadura cruel de Salazar que tem esmagado e destruído os melhores valores intelectuais, morais e políticos de Portugal nas cadeias e campos de concentração.

Nós estaremos pelo Povo português até que a sua luta termine restabelecendo a paz e liberdade em Portugal e confraternizando-se com os povos do mundo.

Como povo livre, estenderemos a vós, Povo de Portugal, a nossa eterna amizade e solidariedade.

Que a nossa Vitória venha a ser a vossa Vitória!

Belgaum — 14-12-1961



Ruy Luiz Gomes, com Sarmento Pimentel, falando no “Centro Republicano Português”.

## Pequena Biografia de Ruy Luis Gomes

Líder do Movimento anti-Salazarista em Portugal, catedrático de Física-Matemática da Universidade do Porto, de 1933 a 1947, prêmio “Artur Malheiros” da Academia de Ciências de Lisboa, autor de vários livros sobre Física e Matemática modernas.

Demitido em 1947 por ter protestado contra a prisão injustificada de estudantes universitários. Eleito em 1945 Presidente da Comissão Distrital do Porto do Movimento de Unidade Democrática (M.U.D.). Preso por se ter recusado a informar os nomes das pessoas que apoiavam o M.U.D.

Em 1949, eleito Presidente da Comissão Central do Movimento Nacional Democrático (M.N.D.) e em 1951 candidato à Presidência da República Portuguesa.

Em 1954 preso novamente e julgado por ter divulgado em nome do M.N.D. um protesto contra a política repressiva de Salazar em Goa, Damão e Diu, e exigindo que fossem respeitados os direitos do Povo Goês, incluindo o da autodeterminação, reclamando ainda para o Presidente da República no sentido de usar os poderes que a Constituição lhe confere para formar um Governo representativo da vontade popular, capaz de dar

garantias de praticar uma política de Paz e respeitar os direitos fundamentais dos cidadãos.

Cumprida a pena de 2 anos e tendo recebido convites para lecionar em Universidades no estrangeiro conseguiu, não sem dificuldade, que Salazar autorizasse a sua saída para a Argentina, onde é Catedrático da Universidade del Sur, em Bahia Blanca.

Em agosto de 1959, esteve no Brasil, onde participou no II Colóquio Brasileiro de Matemática, realizado em Poços de Caldas. Atualmente na Europa, em viagem de estudos na França, Ruy Luiz Gomes estará de volta ao Brasil em meados de fevereiro de 1962, devendo fixar residência no Recife, em virtude da Universidade de Pernambuco o haver convidado para lecionar naquela cidade, onde há um centro de estudos de Matemática dos mais importantes e avançados do mundo. Esse convite não só honra, portanto, a Ciência portuguesa como a do país — o Brasil — que tem dado acolhimento a um numero considerável de personalidades mais representativas da cultura de Portugal, forçados a exilar-se pela ditadura fascista de Salazar.

LEIA,  
no proximo numero:  
“GOA  
É A DEMAGOGIA  
PATRIOTEIRA”  
de Adolfo Casais  
Monteiro.  
“O PROBLEMA  
DE GOA”  
de Paulo de Castro.



# Nehru, Goa e a ONU

O "Estado de S. Paulo" publicou, em 18 de dezembro, p.p. este editorial:

A crise internacional aberta com a decisão de Nehru de reintegrar os três enclaves portugueses de Goa, de Damão e de Diu, na soberania hindu por uma ação militar, pura e simples, assume características da mais profunda gravidade. Acreditamos que os diplomatas ocidentais de Nova Delhi estejam com razão ao afirmar que a decisão de recorrer à força tem sido para o arauto da resistência passiva da não-violência, para autor espiritual dos cinco princípios de Pandit-chilla — coexistência pacífica — uma das mais difíceis e tormentosas de toda a sua carreira política. Não há dúvida, também, de que ele deveria ter tido ponderabilíssimos argumentos e motivos, muito provavelmente de ordem interna, para tomar sua resolução dramática que bem poderá custar-lhe o prestígio de apóstolo da paz que adquiriu nestes catorze anos em que vem atuando no primeiro plano do cenário internacional. Certamente, Nehru possuiu por uma grave crise de consciência antes de ordenar a invasão de Goa, e ninguém, a não ser ele mesmo, poderá libertá-lo dos remorsos que sentirá se um dia desmoroçar não apenas a sua filosofia internacional, mas também a instituição que se baseia nesta sua filosofia internacional e a qual ele dedicava o melhor das suas forças tanto de homem como de estadista — a Organização das Nações Unidas. Todavia, a História passa por cima dos problemas e dos dramas pessoais. A História ocupa-se, principalmente, com os problemas e dramas políticos. E foi um drama político que se criou após o fato consumado em Goa. Um problema e um dilema para o mundo ocidental e sobretudo para os Estados Unidos e, igualmente, para as Nações Unidas.

O noticiário vindo de Washington dá conta da gravidade dos problemas e dos dilemas que o governo dos Estados Unidos terá de enfrentar em decorrência da invasão de Goa. Pois, se bem que os Estados Unidos sejam contrários à ação militar empreendida pelas forças da Índia, eles não querem nem podem mostrar-se cúmplices do colonialismo português, como também, de nenhuma forma, do colonialismo condenado pela História e pela consciência contemporânea. Portanto, um dos mais complexos problemas já enfrentados pelo governo norte-americano seria o de saber como condenar a Índia sem apoiar o colonialismo português. Embora os métodos militares da reintegração de Goa e dos demais enclaves portugueses na soberania hindu sejam juridicamente condenáveis de acordo com a Carta das Nações Unidas e, moralmente, pelos padrões de comportamento internacional do próprio Nehru, o fato de uma potência europeia na segunda metade do século XX, invocando argumentos históricos, continuar a manter colônias implantadas no território soberano de uma potência asiática foi há muito tempo condenado pela lei dos tempos contemporâneos. O emprego da força é condenável, sobretudo quando é praticável por quem mais veementemente o condenou — transformando esta sua condenação num dos artigos fundamentais da sua religião política — mas não é menos condenável, no caso em apreço, a obstinação anacrônica do ditador português em manter sua colônia, catorze anos depois do estabelecimento da independência da Índia. A História ainda está para proferir sua última palavra a respeito das responsabilidades fundamentais e morais no este desfecho dramático e sumamente embaraçoso do litígio em torno de Goa. Embora trate-se de uma violação juridicamente inescusável da Carta das Nações Unidas, permanece a questão de saber se os Estados Unidos, política e historicamente, deveriam distanciar-se das premissas colonialistas, que, em última análise determinaram a solução formalmente injustificável que Nehru deu ao problema goense.

Todavia, ainda mais serios são os problemas e os dilemas que se criaram para as Nações Unidas. Tratando-se de uma organização internacional, sua sobrevivência depende da observação dos seus estatutos jurídicos por todos os seus membros. Ninguém tem o direito de negar a profunda verdade da dramática advertência que Adlai Stevenson fez após o veto cor que a União Soviética anulou o projeto de resolução ocidental. O embaixador norte-americano, de fato, notou que "o resultado é o primeiro ato de uma tragédia que poderá redundar na morte da ONU", e acrescentou que o "malogro do Conselho de Segurança é o maior dos Nações Unidas". Portanto, Nehru, o mais fervoroso partidário e defensor inabalável

da coexistência pacífica e da colaboração internacional, cujo catalisador institucionizado é a Organização das Nações Unidas, associou-se a todos aqueles que através de ações unilaterais e imperialistas atentaram contra a sobrevivência desta última e única garantia da paz mundial. Fez isto justamente quando a organização internacional, pela sua ação acertada e efetiva no Congo, poderosamente apoiada pela própria Índia, começou a tomar nova fisionomia e a dar provas de sua vitalidade. Há, porém, uma explicação política para esta dramática contradição de ação de Nehru em Goa — a qual, no momento, não passa de uma pura hipótese — e segundo a qual ele estaria criando um precedente para justificar uma ação armada para expulsar o agressor chinês, que, em muitos pontos do Himalaia, se estabeleceu em território hindu. Eis por que não chegou ainda o momento de se tomar posição definitiva ante uma das crises mais estranhas e contraditórias dos últimos anos da História mundial.

## MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTACAO DE ANGOLA (M.P.L.A.)

### Mario de Andrade:

### «A foice que incendiou a floresta»

EM SUA ENTREVISTA A  
IMPRESSA DECLAROU:

Depois do desencadeamento da luta armada em Angola, é a primeira vez que me dirijo de Leopoldville à opinião pública internacional. Estou pois muito satisfeito em saudar a vossa presença aqui, senhores representantes da imprensa.

O Comité Diretor do M.P.L.A., como sabem, acaba de se instalar oficialmente nesta cidade, graças à solidariedade atuante manifestada para conosco pelas autoridades do governo central congolês. Nós desejamos renovar-lhes a expressão dos nossos sinceros agradecimentos pelo apoio concreto que nos é assim concedido e a formular o voto ardente para que a República do Congo possa representar plenamente o seu papel no concerto das Nações soberanas da África.

O ponto essencial da nossa política interna reside na procura constante da unidade de ação entre as diversas organizações nacionalistas de Angola combatente. É um fato assente hoje que o M. P. L. A. nunca se poupou a esforços para a criação de uma Frente comum das formações políticas.

Em cada etapa importante do desenvolvimento da nossa luta de libertação nacional, temos lançado o apelo com vista à realização da unidade de nossos movimentos.

Sempre animados das mesmas preocupações, fomos um dos promotores da Conferência de Casablanca que reuniu em abril último, as organizações nacionalistas das colônias portuguesas da Angola, de Cabo Verde, de Goa, da Guiné, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe.

No que se refere à política exterior somos guiados pelos princípios do neutralismo positivo e trabalhamos ativamente em suscitar a simpatia e a solidariedade de todas as forças mundiais para com o nosso povo em luta pela sua independência.

Evidentemente, no primeiro plano dos nossos aliados naturais figuram todos os países africanos, pois o sucesso ou o insucesso dos nossos esforços confundem-se com o sucesso ou o insucesso de toda a África.

Isto leva-nos a abordar o problema da luta armada.

O povo angolano é o motor principal da insurreição.

Mas em certos meios da imprensa internacional, mantem-se a curiosa idéia de que a condução e a responsabilidade das operações militares em Angola dependem de um único movimento político.

Vejamos:  
Em primeiro lugar, o 4 de Feve-



Mario de Andrade ao ser recepcionado pelo dr. Garton Dioni (esq.) Vice-Presidente do governo de Leopoldville, em dezembro de 1961.

reiro de 1961, os ataques às praias militares e civis de Luanda foram dirigidos por militantes do MPLA, que tinham por missão precisa libertar dirigentes nacionalistas presos a partir do mês de Março de 1960. Em seguida, um certo número dos nossos quadros tendo escapado aos massacres desses trágicos dias de fevereiro, organizaram os trabalhadores, empregados nas plantações de algodão da Baixa de Cassange no distrito de Malanje. Foi a foice que incendiou a floresta.

Aconteceu então, que as populações do Norte do País, encorajadas por estes exemplos, empenharam-se, elas também na luta armada, com o apoio concreto das formações políticas angolanas.

Eis um resumo da nossa ação neste domínio.  
As regiões mais importantes dos nossos "maquis" situam-se nos distritos de:

CUANZA-NORTE — Uige, Quiexex, Lucala, Quibaxe, Nova Cambemba.

LUANDA — Luanda, Nambuangongo, Caxito, Catete, Funda, Ucuca, Pango-Aluquem e Cambamba.

CONGO — Ambrizete, 31 de Janeiro, Tomboco.

MALANJE — Baixa de Cassange.

As táticas utilizadas tiveram uma fase ofensiva e uma fase defensiva.

No início das operações militares, as nossas milícias utilizaram uma tática que visava paralisar a economia colonial, liquidar o aparelho administrativo e de resistência militar do inimigo. O objetivo foi atingido em quase todas as regiões onde as nossas milícias operaram; em certas localidades houve uma ocupação total e efetiva do território. Citamos, entre outras:

NAMBUANGONGO — Ocupação total durante 5 meses (de Março a Julho).

UIGE — Paralisação da economia dos colonos que foram forçados a abandonar as fazendas e a refugiarem-se em Luanda. Note-se que Uige foi a única cidade de Angola atacada pelas nossas milícias, desde o início das operações militares.

QUITEXE, UCUA, TOMBOCO — Ocupação total durante 5 meses.

A contra-ofensiva do inimigo organizou-se com o envio de vários contingentes militares, cerca de 40.000 homens, equipados com um armamento clássico dos mais modernos.

Perante o aparelho de destruição das forças portuguesas, as nossas milícias tomaram a decisão de evacuar as regiões ocupadas e de conduzir as populações civis para o mato protegidas por elementos das nossas milícias.

Bases de resistência, em lugares pouco acessíveis ao inimigo foram estabelecidas.

As forças repressivas portuguesas, desprezando as leis mais elementares da guerra, utilizam todos os meios, na sua tentativa de exterminar as populações da Angola combatente: cães policiais, bombardeamentos com napalm, envenenamento das águas dos rios e do gado, torturas físicas.

Apesar de tudo isto, as nossas colunas continuam realizando "raids" de curta duração às posições do inimigo, esperando melho-

res condições para ataques de maior envergadura.

A estrutura da nossa organização militar é a seguinte:

COMITE REVOLUCIONARIO — Responsável pela direção de toda a luta armada, em todos os seus aspectos.

ESTADO MAIOR. COMANDANTE EM CHEFE.

O teatro da luta está dividido em zonas militares e em cada uma delas operam colunas constituídas por cerca de 100 homens. As colunas enquadram pelotões de 33 homens e estas unidades militares móveis compostas de 10 a 11 homens.

MILICIAS EM COMBATE  
Nos distritos de CUANZA NORTE — 5 colunas; LUANDA — 3 colunas; CONGO — 2 colunas; MALANJE — 4 colunas.

O COMITE REVOLUCIONARIO está em vias de se instalar em Angola.

O povo colabora com as milícias do M.P.L.A. A ação do povo traduz-se em sabotagens (pontes, estradas, etc.), liquidação dos agentes do inimigo, transporte de viveres e de munições para as unidades em combate, atividades de reconhecimento das posições do inimigo, destruição das plantações dos colonos, assistência sanitária.

Entre os comandantes das milícias do M.P.L.A., assinalamos a atividade de Ferraz Bomboco e Benedito que dirigiram as colunas na ocupação de Nambuangongo e Dembos, os atos heróicos de Maneça Paca e José Andrade mortos na batalha do Dange. Queremos prestar homenagem a todos os comandantes, filiados ou não em partidos políticos, que depois de terem oposto, em condições muitas vezes dramáticas, a mais viva resistência aos ataques das forças portuguesas, tombaram na frente.

No domínio da assistência aos refugiados, em número de 160.000 vítimas da repressão portuguesa, o M.P.L.A. montou uma organização filantrópica — o CVAAR — que compreende já 8 médicos, 30 enfermeiros e instrutores.

O campo de ação do CVAAR é muito vasto: instituição de medidas de profilaxia e de higiene, distribuição gratuita de medicamentos, viveres e vestuário, combate contra o analfabetismo.

Assim vai a luta do Povo Angolano.

Uma luta heróica sem dúvida, mas que comporta ainda insuficiências. Nós tínhamos previsto em nossos apelos, lançados nos meses de Maio e Novembro de 1960 que o sucesso do combate pela nossa libertação nacional deveria pousar necessariamente sobre a unidade de ação das nossas organizações políticas.

O povo angolano é a primeira vítima desta falta de coordenação nos nossos esforços e o governo fascista de Salazar o primeiro a regozijar-se.  
Nós proclamamos hoje, que se a independência de Angola, se ela é conseguida nas condições do prosseguimento duma luta armada e coordenada na base duma larga frente nacional, conterà as maiores possibilidades de libertação de toda a dominação estrangeira, do reforçamento da unidade nacional, a integridade territorial, a recons-

trução democrática e pacífica do nosso País.

Nós reclamamos em várias ocasiões uma ação conjunta por parte dos países africanos independentes em favor duma ajuda concreta em todos os domínios para assegurar o triunfo das aspirações do nosso povo, pela independência.

É altura de reconhecer que compete a nós, dirigentes dos movimentos nacionalistas, a tarefa primordial de concertar primeiro a nossa ação, a fim de tornar mais fácil o concurso dos nossos irmãos mais velhos.

Eis porque, o Comité Diretor do M.P.L.A. afirma que fará todas as concessões necessárias com vista à constituição imediata da Frente de Libertação de Angola.

De qualquer modo, a finalidade desta batalha levada a cabo pelas nossas populações cai inevitavelmente na independência.

As últimas manobras de caráter reformista do governo português, tententes a apagar teoricamente, nos textos, a discriminação que sempre existiu entre os cidadãos de Portugal e os da colônias, nada significam.

Decididas como reação aos acontecimentos de Angola, estas manobras, visam reforçar, a campanha contra o nosso legítimo combate de libertação nacional assim como "acalmar" a clientela eleitoral e "satisfazer" a O.N.U.

A idéia do soldado-colono a quem o governo português prometeu as nossas melhores terras, é uma loucura fascista. Tudo isto em vão.

Não há que iniciar negociações com o governo português enquanto durar o regime fascista de Salazar inimigo da expressão das liberdades fundamentais e do direito dos povos a dispor deles mesmos.

A nossa luta arrasta já o governo de Salazar para o seu lugar natural: o túmulo.

Angola está numa viragem da sua evolução histórica.

Da nossa unidade de ação política e militar vão depender agora as condições nas quais o povo angolano ascenderá à sua independência.

Eis que os esforços dos partidários da unidade começam a ser coroados de êxito. A juventude angolana, para além das suas convicções políticas, acaba de decidir o princípio da criação de uma larga unidade.

Chegou portanto a hora dos dirigentes de todos os movimentos nacionalistas angolanos se reunirem a fim de elaborar uma plataforma política que acelere o processo de reconquista do nosso património nacional e da nossa dignidade de homens livres.

Leopoldville, 30 de Outubro de 1961.

## Arcebispo de Goa mostra-se grato aos indianos

PANGIM, 26 de Dezembro — (AFP, UPI, DPA, AP) — D. José Vieira Albernaz, arcebispo de Goa, concedeu uma entrevista exclusiva à AFP, durante a qual referiu-se à tomada dos enclaves portugueses pela Índia, dizendo: "Sou muito grato pela amabilidade e o respeito de que deram prova as autoridades indianas, com relação a nossos sacerdotes, religiosos, igrejas e comunidade católica em sua totalidade".

Informa-se que a população de Goa e os 3.500 soldados portugueses prisioneiros celebraram o Natal dentro da tradição católica da ex-colônia portuguesa. A missa de meia-noite foi celebrada com grande afluência de fieis. Os prisioneiros portugueses receberam pacotes de Natal distribuídos pela Cruz Vermelha e uma ceia especial oferecida pelo governo indiano.

Por sua vez o município de Nova Delhi escreveu:

"Estou visitando Goa neste momento. Houve poucos mortos. Estou preparando uma lista dos internados. Os prisioneiros estão em boas condições".



EM SÃO PAULO

## Rescaldo de uma salazarada

A ofensiva salazarista desencadeada no Brasil nos meses de Novembro e Dezembro malogrou completamente. Embora tivesse sido planejada em Lisboa com todas as minúcias e grande antecedência, não contou Salazar com a vigilância dos democratas portugueses e brasileiros.

O acontecimento em torno do qual se polarizaram os esforços dos agentes da ditadura foi o estranho festival do Ibirapuera intitulado "Portugal cantando chora os seus mortos de Angola" talvez inspirado nas primeiras estrofes do hino da Mocidade Portuguesa e que são "Cá vamos cantando e rindo, levados, levados sim..." Organizado em benefício da Cruz Vermelha Portuguesa e contando com o patrocínio de altas personalidades paulistas — iludidas na sua boa fé — deveria esse festival ser o motivo central de uma intensa campanha de propaganda nos jornais e na rádio destinada a mistificar a opinião pública brasileira. Quanto ao fecho previsto, seria simplesmente sensacional. De Lisboa viria um quadrimotor da Força Aérea Portuguesa para levar os donativos do povo brasileiro. Um avião que seria o símbolo da vitória de Salazar sobre as esperanças de independência do povo angolano, um avião no qual viajaria em regresso triunfal, a pretensa seleção de hoquei de Angola...

O MABLA, entretanto, em manifesto assinado por Paulo Duarte, Sergio Milliet e Lourival Gomes Machado, denunciou toda a manobra. A reação foi imediata. De toda a parte do Brasil principiaram a chegar protestos contra a realização do festival salazarista. Estudantes, operários, intelectuais, parlamentares divulgaram manifestos.

Os salazaristas, amedrontados, recuaram. A campanha de propaganda na Imprensa foi suspensa, o festival realizou-se em "família" e o avião militar português não chegou sequer a partir de Lisboa. Ignoramos o que se terá passado nos bastidores da organização. Mas é significativo que nos comentários dedicados posteriormente ao festival pelos jornais da colônia, tenham sido suprimidas as referências aos nomes das altas personalidades paulistas que inicialmente surgiam como patrocinadores... Por outro lado, em artigo inserto num suplemento do "Diário de S. Paulo" inteiramente financiado pela embaixada e por um grupo de tubarões fascistas de Portugal e de Angola, veio publicada uma notícia que vale por uma confissão de derrota: o governo de Salazar teria entrado em contacto com o Alto Comissário das Nações Unidas no Congo, a fim de estudar as formas de distribuição de auxílio aos refugiados angolanos. Trata-se, evidentemente, de uma tentativa de justificação, pois o ditador não tem o menor interesse na sorte de suas próprias vítimas. Mas o seu gesto de fraqueza e hipocrisia é a consequência direta da campanha de esclarecimento com que os democratas portugueses do Brasil e o MABLA responderam desde a primeira hora à ofensiva de mistificação da qual tanto esperava.



## Apelo em favor dos refugiados de Angola

O Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola deu à divulgação em meados de dezembro findo o seguinte comunicado:

"O Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados, organismo com sede em Leopoldville, acaba de endereçar aos povos de numerosos países anticolonialistas apelos em favor das vítimas da campanha de genocídio empreendida em Angola pelo governo português. O apelo dirigido ao povo do Brasil, recebido de Leopoldville e feito por intermédio do MABLA, é do seguinte teor:

"Na luta que ora se trava em Angola entre o nacionalismo de um povo oprimido e uma força colonial retrograda, a vitória será incontestavelmente assegurada por aqueles que combatem pelo triunfo de um ideal justo e humano.

Forças desiguais, sem dúvida — aparelho de repressão e afinado pelo diapasão fascista e nazi — de um lado, povos desarmados e deprimidos pela prática odiosa do trabalho forçado, de outro lado!

Contra todos os mitos, contra a falsa idéia de que o povo angolano aceitara tranquilamente a dominação colonial, o povo de Angola entrou heroicamente na cena da História Moderna.

De tudo isto o povo brasileiro e os democratas brasileiros foram sempre conscientes — eles que nunca deixaram de se manter lucidos perante a mentira e a propaganda salazarista.

A voz da inteligência democrata brasileira erguer-se-á — estamos certos — para desmistificar as consciências testemunhando da justeza de nossa luta, e colocar ativamente o povo brasileiro do lado dos nacionalistas angolanos.

O Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (C.V.A.A.R.) é uma organização filantrópica, apolítica, fundada por africanos originários de Angola, contando já no seu ativo seis médicos angolanos e trinta enfermeiros angolanos e que tem por objetivos principais: 1) assistência médica aos refugiados angolanos; 2) combate contra o analfabetismo entre os refugiados; 3) instituição de medidas para a obtenção de meios de assistência para os refugiados nas diferentes zonas onde se encontram.

O C.V.A.A.R. trabalha em colaboração estreita com todas as instituições internacionais de assistência que se encontram em Leopoldville e com a Cruz Vermelha do Congo.

Povo brasileiro! Democratas brasileiros! O C.V.A.A.R. conta com a vossa solidariedade ativa".

Não sendo possível enviar diretamente quaisquer donativos, o MABLA, secundando este apelo, esclarece que na sede da Revista Anhembi, rua Marconi, 53, 9.º, se recebem medicamentos e dinheiro que serão encaminhados ao presidente do C.V.A.A.R., dr. Americo Boavida.

## Jorge Gonsalves de Sousa

Faleceu dia 29 de dezembro, p.p. em São Paulo, aos 73 anos de idade, esse grande amigo do nosso jornal.

Natural de Vila Real, veio para o Brasil de 1907, e era socio-fundador do Centro Republicano Português, de São Paulo.

A família enlutada, os nossos esntidos pêsames.

bição do exercício, em Portugal, dos direitos fundamentais da cidadania.

Como tivesse levado para o seminário e aí tivesse distribuído uma declaração anti-colonialista subscrita por mais de uma centena de individualidades, as mais representativas, da emigração do Brasil, da Argentina, do Uruguai, da Venezuela, do Canadá, da Inglaterra e da França, achei que devia esclarecer o ponto de vista dos portugueses anti-colonialistas, o que fiz ao microfone da All India Radio e numa conferência de imprensa realizada no Constitution Club de Nova Delhi.

Resumi a nossa posição na seguinte declaração: "reconhecemos o direito dos povos das colônias portuguesas disporem de si próprios, pela independência se assim o quiserem, e defendemos o imediato estabelecimento de negociações para esse efeito."

No texto que entreguei aos 16 jornalistas e representantes das agências internacionais acrescentei: "o próprio Portugal é, também, uma colônia de Salazar, pois o novo portuense, está privado da sua independência, nodendo por isso compreender perfeitamente a aspiração dos novos coloniais de se auto-governarem."

As entrevistas pessoais que mantive com quasi todos os participantes do seminário e com numerosos observadores, ajudaram uns e outros a formarem melhor idéia de muitos problemas economicos e sociais de Portugal e a mim próprio a melhor compreender os verdadeiros propósitos dos nacionalistas.

Abordarei este último tema e, especialmente, o problema goês num próximo artigo.

### O CASO DE ANGOLA:

## O Brasil condenou Portugal na ONU

RIO, 21 de dezembro (UH) — O Brasil, em coerência com a sua posição anti-colonialista, votou, na ONU, a favor da condenação de Portugal, por não ter o governo do "premier" Oliveira Salazar permitido que a Angola franqueasse suas fronteiras à comissão de investigação que as Nações Unidas criaram para investigar a situação naquele território português.

Despacho recebido pelo Itamarati, da nossa delegação na ONU, informada que o Brasil formou no bloco de noventa países que aprovaram moção de censura a Portugal, por não haver o mesmo acatado a resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, tomada no ano passado sobre a investigação de Goa.

### DE GOA A ANGOLA

Fontes autorizadas do Itamarati informaram, ontem, que essa atitude do Brasil, quase ao mesmo tempo em que defendemos Portugal contra a intervenção armada sofrida por parte da Índia, revela que não sofreu qualquer alteração a política anticolonialista do nosso País. A Índia, pela solução que adotou para resolver o problema de Goa, Damão e Diu, contrariou a orientação pacifista ditada pela Carta da ONU, o mesmo ocorrendo agora com Portugal ao insurgir-se contra uma determinação da assembléia geral das Nações Unidas.

Segundo as mesmas fontes, somente a Espanha e a Africa do Sul, ao lado de Portugal, votaram contra a moção de censura, enquanto a França e a Bolívia se abstiveram. E o governo de La Paz preferiu a abstenção porque o seu próprio embaixador na ONU, sr. Carlos Salamanca, era o presidente da Comissão de Investigação que Portugal não deixou entrar em Angola.



Salazarada confusa é esta, enviada em radiofoto pela UPI a toda a imprensa mundial. Vemos, num auto-da-fé fascista, ser queimado um boneco, representando Nehru, juntamente com a bandeira dos EUA cujo representante condenara, no Conselho de Segurança da ONU, a atitude da Índia...

## O Seminário de New Delhi

Manuel SERTÓRIO

De 20 a 24 de Outubro teve lugar, primeiramente em Nova Delhi e depois em Bombaim, um seminário sobre as colônias portuguesas, conforme foi amplamente noticiado pela imprensa de muitos países europeus, africanos e asiáticos.

### 1 — O QUE FOI O SEMINÁRIO

O promotor do seminário foi o Indian Council for Africa, entidade não governamental de que são presidentes de honra o Maharajah de Balarampur, Sua Alteza Chamaraja Wadiyar — Governador de Mysore — e a Senhora Indira Gandhi.

O Indian Council for Africa é editor de uma objetiva e bem informada revista sobre os problemas africanos, a Africa Quarterly, e tem como objetivo a realização de encontros internacionais para discussão daqueles problemas, por parte de personalidades (e não organizações) representativas da luta contra o colonialismo nas diversas partes do mundo.

Como participantes, encontrei no seminário, além de numerosas e destacadas personalidades indianas (goesas e não goesas), filiados da U.P.A. e do M.P.L.A., do Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde e do P.A.I. (das mesmas colônias) e da União Democrática Nacional de Moçambique e membros da C.O.N. das Colônias Portuguesas, que coordena a maior parte dos movimentos nacionalistas dos territórios dependentes de Portugal.

Entre os observadores, contavam-se os srs. Nsilo Swai (ministro do Comércio e da Indústria do Congo), Mbiyu Koinange (secretário geral do Movimento pan-africano para a Libertação da África Ocidental e Central, Bahvantra Mehta (líder do Tanganyika), Dr. Abdel Karim-el-Katib (ministro dos Negócios Africanos de Marrocos), Kenneth Kaunde, (líder do Partido Unido da Independência Nacional da Rodésia do Norte), Anthony Wedgwood Benn (deputado trabalhista bem conhecido, do British Committee for Liberation of Portuguese Colonies), Da. Berta Bragança (diretora do Goa Free), Dr. João Cabral (dirigente da Goa League, de Londres), representantes do Ghana, da R.A.U., do Sudão, da Indonésia, de

Burma, da Jugoslávia, da Alemanha Federal, da Liga Árabe, etc.

A minha presença, como observador português para o efeito convidado pelo Indian Council for Africa, serviu para marcar a posição do grande setor inequivocamente anti-colonialista da Oposição portuguesa.

Depois de três dias de trabalhos em Nova Delhi, o Seminário reuniu, em 23 e 24 de Outubro, em Bombaim, para extrair as conclusões dos debates e ser encerrado com um comício monstro de mais de 200 mil pessoas, numa das praias da cidade.

Essas conclusões (meras conclusões e não resoluções, que o I. C. for A. não pretendia por forma nenhuma atingir) resumiram-se na unânime concordância de que "o colonialismo português deve acabar".

### 2 — CONSEQUÊNCIAS DO SEMINÁRIO

Não se pense, no entanto, que se tratou de simples formulação platónica de conclusões teóricas.

O processo de fazer terminar o colonialismo de Salazar (e qualquer outro que em Portugal pretenda seguir-se-lhe) foi devidamente estudado, especialmente no que se reporta à Organização das Nações Unidas.

Esse processo desenvolveu-se em duas fases e para ele chamo a atenção de todos os democratas portugueses.

Na 1.ª fase levar-se-á a Assembléia Geral a designar uma data até à qual Portugal deverá permitir o exercício do direito de autodeterminação dos povos das suas colônias (na execução da resolução das N.U. de 14 de Dezembro de 1960).

Na 2.ª, não cumprindo o governo de Salazar a resolução da Assembléia, esta tomaria uma nova resolução, pela qual qualquer Estado membro das N.U. ficaria autorizado a auxiliar, pelos meios julgados adequados, as lutas de libertação dos povos dos territórios dependentes de Portugal.

Se este esquema vier a ser executado, estaremos possivelmente em face do processo eficaz para obter a independência das colônias africanas, com o mínimo de sacrifício não só para os seus povos como também para o povo português.

### 3 — A ATUAÇÃO DO OBSERVADOR PORTUGUÊS

A minha comparação no seminário não foi alvo de suspeições nem, por outro lado, de hipócritas manifestações de contentamento.

Participantes e observadores conheciam já suficientemente o fenómeno que caracteriza por forma bem diferente dos outros, no que toca ao povo colonizador, o colonialismo português: a existência do governo fascista de Salazar, que dessolidariza o nosso povo da sua política colonial.

Muitas perguntas, no entanto, me foram feitas à cerca da proi-



Este Boletim, separata do numero de janeiro de PORTUGAL DEMOCRÁTICO é uma iniciativa do "Centro Republicano Português", do "Comité dos Intelectuais pró Liberdade de Expressão em Portugal" e deste jornal.

## DÉCLARATION

Depuis 35 ans, subsiste au Portugal un régime qui fait condamner par des tribunaux ses adversaires politiques de toute tendance, qui les maintient de longues années, souvent dix, quinze et vingt ans, dans ses prisons où ils sont soumis à un régime inhumain. Les condamnations sont prolongées par des peines complémentaires, dites « mesures de sécurité », dont les peines sont appliquées sur les indications de la police politique. Beaucoup des meilleurs valeurs de la science et de l'art portugais sont forcés à l'exil.

Tenant compte de cette situation, de nombreuses personnalités de l'Europe et de l'Amérique ont signé des déclarations recommandant la réalisation en Europe Occidentale d'une Conférence pour l'Amnistie aux emprisonnés et exilés politiques portugais.

En accord avec ces initiatives, dans le but de contribuer à l'amnistie de tous les emprisonnés et exilés politiques portugais, nous proposons la tenue d'une « Conférence des pays de l'Europe Occidentale pour l'Amnistie aux emprisonnés et exilés politiques portugais » qui pourrait se tenir au printemps 1962.

SIGNATURES	TITRES	ADRESSE

Este é o fac-símile da Declaração, na essência uma convocatória, que, em grande numero de copias está sendo subscrita por altas personalidades europeias, e que traduzimos:

"Há já trinta e cinco anos que subsiste em Portugal um regime que faz condenar, pelos tribunais, os adversários políticos de qualquer tendência; que os mantém encarcerados, longos anos (com frequência dez, quinze e vinte anos), em prisões onde são submetidos a um regime desumano. As condenações são prolongadas mediante penas complementares, ditas "medidas de segurança", aplicadas por indicação da policia política. Muitos dos melhores valores portugueses da ciência e da arte são forçados a exilarem-se.

Tendo em conta essa situação, numerosas personalidades da Europa e da América subscreveram declarações recomendando a realização na Europa Ocidental de uma conferência para a Anistia aos presos e exilados políticos portugueses.

De acôrdo com essas iniciativas, e no objetivo de contribuir para a anistia de todos os presos e exilados políticos portugueses, nós propomos que se realize uma "Conferência dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses", que poderia ter lugar na primavera de 1962."

## Conferencia dos Países da Europa Ocidental Para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal

(EM ORGANIZAÇÃO)



Cartaz de Clovis Graciano para a Conferência da Anistia em Portugal.

### DELEGAÇÃO DOS PORTUGUESES EXILADOS NO BRASIL

BOLETIM N.º 7 — JANEIRO DE 1962

#### CORTE E SOBREPONHA

### Justiça Salazarista

Aos movimentos pro-Anistia denunciámos este exemplo de como funciona o sistema judiciário fascista de Salazar.

Foi há pouco aposentado a seu pedido, o Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (Secção Cível), Dr. Eduardo de Sousa Monteiro.

A Censura não permitiu que tal notícia fosse publicada. Porquê? Eis a explicação.

O Dr. Sousa Monteiro era, sem dúvida, o Juiz mais competente e mais sério do Supremo Tribunal de Justiça. Nas suas mãos corriam vários processos, em que o Estado era interessado, e o Governo recando que a isenção e a sua independência fizessem com que as decisões a proferir lhe fossem desfavoráveis, congeminou o seguinte estratagemma. Mandou que o Secretário do Conselho Superior Judiciário, um Juiz da 1.ª Instância da 2.ª classe de nome Lufinha lhe endereçasse um officio vexatório com críticas e descabidas e injustas a sua actuação como Juiz no Supremo. O Dr. Sousa Monteiro, afrontado na sua dignidade, fez aquilo que os seus adversários secretamente pretendiam: foi-se embora.

Por outro lado, o Governo também queria que o Dr. Sousa Monteiro e outros Juizes sérios e independentes da Secção Cível do Supremo se fossem embora, para lá collocar alguns "meninos bonitos" da Situação, mais amoldáveis aos seus desejos. Além do Dr. Sousa Monteiro, outros Juizes do Supremo receberam officios vexatórios do tal Lufinha, mas só o Dr. Sousa Monteiro reagiu indo-se embora.

Isto tudo mostra o estado miserável a que chegou a Justiça com Salazar.

As nomeações e as promoções fazem-se no Terreiro do Paço, por meio de empenhocas e zunbas. O resultado é que o Supremo Tribunal de Justiça é, na sua maioria, constituído por Juizes sem independência e sem imparcialidade. Existe um espião do Governo no Supremo Tribunal de Justiça, que é o Dr. Furtado dos Santos, antigo acusador e carrasco no Plenário de Lisboa, e agora guindado a Procurador Geral da República!

Os Juizes do Supremo decidem na grande maioria dos casos, e salvo raras e honrosas excepções, que constituem uma minoria, de harmonia com as recomendações do Governo, transmitidas pelo Furtado dos Santos, nos assuntos em

que o Governo está interessado, ou segundo as "cunhas" dos influentes da Situação, nos outros. No Supremo Tribunal de Justiça a regra é esta: ganha quem tiver a melhor cunha.

(Quanto à Secção Criminal do Supremo nem vale a pena falar. Os Juizes são escolhidos a dedo pelo Governo para chancelarem, pura e simplesmente, os crimes dos Plenários e da PIDE e as suas hediondas medidas de segurança).

Há situacionistas especializados em meter cunhas, como um tal Dr. Borges de Pinho, que apresentou já uma conta de honorários de dois mil e tal contos, por "cunhas" que tinha metido no Supremo, através do Dr. Albino dos Reis e do Cardeal Cerejeira. Foi obrigado a sair da Ordem dos Advogados, em consequência dessa desonestidade criminosa, mas a Governo não consentiu que elle fosse processado criminalmente, para evitar o escandalo...

A Ditadura é alérgica aos Juizes honestos, sobretudo se eles não são fascistas. O Dr. Sousa Monteiro era um Juiz independente e imparcial, nunca exteriorizando as suas convicções políticas. Mas é de formação liberal: é filho dum Ministro da Justiça da República e primo do Dr. Eduardo de Sousa Figueiredo, agora preso nas masmorras da PIDE por ordem do Governo, em represália do seu liberalismo e da sua coragem, recentemente ainda revelados na subscrição do "Programa de Democratização da República" e na entrevista que com o Presidente Tomás teve no mês de Fevereiro, conjuntamente com o Prof. Azevedo Gomes e o Dr. Acácio Couveia, que continua também encarcerado. Em representação de um sector oposicionista advertiam o Presidente Tomás das catastróficas consequências da politica cega de Salazar, e tornaram pública essa advertência através de um "Comunicado" ao país. Salazar não esquece, não perdoa e vingou-se.

O actual Ministro da Justiça no seu discurso de 26 — Nov. — 1957 revelou que a maior parte dos diplomados em direito que ingressam na carreira judicial se recrutam entre os de mais baixa classificação, ao ponto de, dos cento e vinte delegados nomeados nos últimos três anos, cerca de metade não ter attingido sequer os doze valores da classificação universitária.

Esses são os Juizes, que Salazar quer: fracos e sicários. Quem não se conforma com os seus desígnios é corrido.

Só a Democracia pode restituir à Justiça a sua indispensável INDEPENDÊNCIA E DIGNIDADE.

(Tribuna Livre, n.º 3)

E' proibido dizer numa carta para a familia que a esperança de voltar para junto dela é uma constante. E' proibido dizer-lhe que um nosso companheiro está doente e não é tratado, foi espancado ou está a pão e água no "segredo". E' proibido dizer que a razão foi só ter escrito sobre um prato o nome próprio. Não va'e a pena esperar pelo Natal e Ano Novo para abraçar a familia: mesmo uma vez por ano é proibido abraçá-la. Foi proibido dizer que é injusta a proibição e que queremos que a levantem: deu dois meses sem visitas, Puse-se a cadeia inteira porque, enfim, tem coração. E' proibido tentar saber quem foi preso. No carro celular que passou no pátio há pouco pode ter vindo o meu pai, outros pais, outros irmãos ou maridas — tantos deles perseguidos, perseguidos, só por serem portugueses. Se aqui estão presos também jamais poderão lóbrigar-se: é proibido. E' proibido cantar, é proibido rir alto. Proibido trabalhar. Proibido político: é proibido viver.

Não aceito! Nem que morra na prisão.

a) Ivone Dias Lourenço

As palavras não são capazes de exprimir os momentos dolorosos que tenho vivido, unicamente porque eu e meu marido, abraçados a causa do Povo, da Paz e do Amor entre os homens.

Há já quatro anos que me encontro encarcerada, sofrendo toda a sorte de arbitrariedades e injustiças.

Obrigada, em 1945, a mergulhar na clandestinidade com uma filhinha de três meses, vi-me forçada, para defender a sua vida, a separar-me dela poucos meses depois. O que esta separação representou para mim de dor e amargura só uma mãe o poderá avaliar.

Em 1951, meu marido caiu na prisão onde foi mantido durante seis longos anos, apesar de ter sido condenado em três. Quando suponha que poderia parcialmente refazer a minha vida destruída, realçando a companhia de meu marido e de minha filha, fui presa a 27 de Maio de 1957, três meses após a libertação de meu marido. A 12 de Maio de 1959, meu marido volta para os cárceres salazaristas.

Desde aí vivemos na mesma cadeia, por vezes no mesmo corredor, mas não podemos nunca ver-nos — ordens emanadas da PIDE! Insisti para que me fosse autorizada uma visita em comum, mas nada moveu a desumanidade da PIDE. Nem nas datas universalmente festivas como o Natal, Ano Novo e Páscoa, abranda a crueldade do regime prisional a que eu e todos os meus companheiros estamos sujeitos. Até mesmo a restrita correspondência com meu marido (uma

carta por semana) cuja autorização foi arrancada ao cabo de muitos protestos baseados num direito consignado na Reforma Prisional está sujeita a intercepções.

Minha filha creceu e vive longe, privada do amor dos pais. Tem hoje 10 anos. Visita-me quinzenalmente num parlatório constituído nos moldes dos que são usados para os presos comuns de difícil correcção. As visitas em comum estão totalmente proibidas. Não foi sem um debate de consciencia que aceitei a sua visita nestas desumanas condições, pois sabia que elas se reflectiriam penosamente na sua formação de adolescente. Durante três anos privei-me de sua presença mas esperi, em vão, que os meus protestos fossem ouvidos. Ver a minha filha naquelas condições ou não a ver — eis o dilema que se me collocava. Hoje, todos os momentos que com ela passo me deixam cheia de apreensões. Para minha mãe, já muito idosa e doente, são emocionantes as visitas no parlatório por isso, é praticamente obrigada a não as realizar.

Os primeiros 6 meses de prisão vivi-os em digno isolamento, dos quais os primeiros quinze dias na incomunicabilidade. Já cumpri a pena a que fui condenada — dois anos e meio de pena maior — e cerca de um ano de "medidas de segurança".

Mas toda esta situação não me abate moralmente — sei que uma nova alvorada rairá. A Paz será conquistada, o Amor entre os homens uma constante a engrandecer e a tornar feliz a minha terra.

a) Aida de Freitas Loureiro Magro

Queridas Irmãs:

Operária da indústria manufactora de calçado, comecei a trabalhar aos treze anos de idade, acompanhando assim hora a hora a vida difícil e angustiada de meus companheiros de trabalho — que era também a minha própria vida.

Presa em 2 de Dezembro de 1958, não é esta a primeira vez que sofro a crueldade de um regime odioso que encontra no encarceramento de valorosos patriotas o meio de impedir a sua acção pela libertação do povo português.

Acos vinte anos, a prisão (a que haveria de seguir-se um longo periodo de vinte anos de clandestinidade) significou para mim, a par do sofrimento físico e moral, o sufocar doloroso, violento, de todas as aspirações e anseios queridas a uma jovem daquela idade. Então fui julgada e condenada em doze meses de prisão — "por ser menor" — ao fim de dezoito meses de cadeia.



## Não clamareis em vão!

Continuamos publicando as cartas das patriotas portuguesas, presas pela PIDE.

Queridas Amigas:

Pouco tenho para contar. Só que aos 24 anos, e desde os 20, estou presa! Só que no meu país desejar Paz e Amor é ainda o crime mais grave; só que estar preso por isso corresponde à imposição de viver anos interminados numa cela, estanke a tudo menos ao arbitrio, cinicamente premeditado e sem limites, que quer dar negação à própria vida e o dá à liberdade, aos anseios, ao trabalho verdadeiro, ao convívio da família e dos amigos e de tudo e todos mais.

Para mim, será sempre a negação do desespero que os sofrimentos aqui ficam; e eu que fique também. Entretanto, hei-de ter cabeça e coração que bastem para saber sempre que traição seria negar ou camuflar que esta perseguição, o desprezo pelos anseios de todo um povo a sua própria sobrevivência, impoem que o crime que consiste em querer viver feliz num país-feliz continue a praticar-se, mesmo aqui, até que enfim, se ajuste, conquistada, a lei da verdadeira vida.

Estou presa há três anos e meio. Mas foi sob o temor da prisão que aprendi, de pequena, a amar meus pais. Perseguidos políticos, a vida de sacrifícios, sobressaltos e fugas a que foram forçados, bem cedo nos soubou ao convívio uns dos outros.

A infância foi sem pais — incompleta. Depois, tinha eu então doze anos, ambos foram presos. No princípio foi a desorientação por não os ter e quase instintivo receio pelo que lhes pudesse acontecer. Era grande o amor e grande a dor, vaga a ideia da razão por que assim era.

Mas foi preciso querer saber tanta coisa e ter de deixar a escola; querer trabalhar e não encontrar emprego; querer comer e não ter o quê; foi preciso saber que a vida que era a minha e a da imensa multidão de jovens atraídos como eu para que a razão dos pais presos ficasse clara. E passei a amá-los mais.

Tive só a intenção de ser tão digna como eles. E fui presa pela polícia política, numa manhã de Novembro de 1957. Meia dúzia de arma apontadas, gritos descontrolados, insultos ameaças, mil e uma precauções de segurança para uma só quase-mulher, franzina e calma e de braços pendentes. Durante 5 meses interrogatórios con-

tantes para que denunciasses os companheiros: Três anos de prisão preventiva, depois um julgamento em que foram repetidos pelo juiz os insultos policiais e imposta a proibição de sequer os contestar com factos; de afirmar, com factos, que é à vida subhumana que querem votar o meu país; de provar, com factos, que é pelo direito e não pela força que queremos conquistar Paz, Amor e Liberdade. "Não tem interesse algum", porque a condenação já está dada, São dois anos de prisão para os quais não conta, embora me tade do tempo de detenção sofrido. Mas há de pois as "medidas de segurança" — liberdade virá para nós quando a lei do ódio não for lei. O Povo do meu país, os Povos do mundo inteiro o imporão.

Até lá, a vida que terei é só exemplo. E é exemplo menor: para os outros, muitos mais, meus companheiros de luta e de prisão, bem maior é o sofrimento. Porque, é certo, tenho 24 anos. O resto: o noivado interrompido. O meu noivo... vê-lo não, escrever não: é proibido. Os amigos, estejam perto ou estejam longe nem sequer podem nomear-se: é proibido. Ver a mãe por entre vidros e grades, a metro e meio de distância, sorrir sempre e não falar do dinheiro de que precisa, dos carinhos que lhe faltam e a mim também, das saudades e da impotência que apertam o coração. "Tudo bem." "Não custa nada." Porque ela ficaria triste e há o guarda entre nós. O meu irmão pequenino cresce, está já mais alto que eu. Não sei se um palmo se meio: a distância não permite medições. Diz que é bom e forte. Mas como posso saber? Eu de cá, ele de lá, ficamos quase mudos durante toda a visita. Estes guardas, estas grades, esta irmã que não conhece; e eu não sei se falai para a criança que de lá se para um homem.

Em verdade, a mim não gusta, podeis crer. Mas a mãe que triste veio porque há dias, novamente, não deixaram que entregasse duzia e meia, de leranias. "Uma dúzia, nem mais uma", é tudo quanto basta a um preso político. A revista de modas e uns poemas de amor também não puderam entrar. Vêm os óculos, o segundo par de óculos sucessivamente comprados por receita do médico da cadeia. Nenhum serve. "E' só presa, esta mulher": para quê perder tempo a saber se sofre de mioopia ou se o que tem é astigmatismo? Para quê investigar uma doença de garganta se não é caso de morte? Emagrece de mês para mês. Mas que importa? Ainda não está à morte.

A camisola tricostada para o meu irmão não pode sair daqui: é proibido. E uma história para crianças, feita por uma companheira sobre um voo com rumo às estrelas, também não é proibida

bunal por meio de atestado médico, passado no Instituto de Profilaxia Mental (Júlio de Matos), não hesitando o juiz Silva Caldeira em afirmar que o tribunal, sendo benévolo, me dava aquela condenação "para que me curasse das duas doenças, a nervosa e a outra".

O ambiente prisional, com todas as suas graves consequências, motivadas pelas muitas injustiças e repressões que se sofre e vê sofrer, tem contribuído para um maior agravamento do meu sistema nervoso que a falta de assistência psiquiátrica impede de ser tratado. Desde há cerca de ano e meio não mais me foi permitido voltar à consulta do hospital Júlio de Matos. Na cadeia não há, neste momento, qualquer assistência psiquiátrica.

Seria impossível não se sentir, nesta situação, uma crescente tensão nervosa. O estar-se encarcerada numa cadeia fascista, particularmente nas condições graves que estamos a viver no meu país que tornam cada vez mais dura a vida dos presos, significa o sentir-se e o acompanhar-se o desenrolar constante de muitos e dolorosos problemas que ferem a sensibilidade humana. Pode deixar de sentir-se um intenso sofrimento, por exemplo, ante os castigos que atiram, quando calha, companheiros de prisão para o "segredo", onde permanecem dias seguidos a pão e água, em condições bárbaras e desumanas que arrinham a saúde e são vexatórias para quem as suporta? A instabilidade causada por este e por muitos outros exemplos que constituem motivo de inquietação e ansiedade, não é por vezes visível, mesmo para quem a sente. Mas ela grava-se no mais íntimo do nosso ser e dificilmente se apagará.

Muito e muito mais teria a desabafar, desde as saudades sempre crescentes do meu querido marido, que muito amo e quero, ao sofrimento moral que me causa ver a minha mãe, com 63 anos de idade, extremamente doente e cuja vida foi sempre uma vida de sacrifício, metida na prisão onde o mesmo regime de medidas de segurança a fará passar alguns dos últimos anos de vida. Tudo isto é para mim, e a todo o momento, motivo de forte tensão emocional. Tudo isto: porém, não esmorece a minha confiança em dias melhores. Cá longe, por detrás das grades que me cercam, acompanho, em pensamento embora, todos os homens e mulheres de boa vontade e os seus passos decisivos na grande caminhada que há-de conduzir o meu país a uma era de paz e amizade e o povo a uma vida feliz ardentemente desejada.

a) Aida da Conceição Paulo

bou-o à família e enterrou-o às escondidas em Benfica), o povo protesta e clama: "Assassinos, assassinos, entreguem o corpo à família".

Chegam as 16 horas e o número de pessoas aumenta continuamente. Quantas pessoas serão? E' difícil calcular. Cacilhas é um mar de gente e a fila humana estende-se para Almada. Fala-se em 10 mil mas depois das 17 horas calcula-se que os manifestantes eram mais de 20 mil.

E' contra essa pacífica multidão que, inesperadamente, se lança com fúria todo o aparato bélico e repressivo concentrado em Almada. Com uma bestialidade poucas vezes vista os verdugos do povo utilizam os cavalos, as coronhas das espingardas, as baionetas, as espadas. O povo, as mulheres e até as crianças, são espancados selvaticamente e os ramos de flores arrancados das mãos e espezinhados com ódio.

O povo é forçado a dispersar-se, mas volta a concentrar-se em diversos lados e protesta indignadamente. Depois das 17 horas, quando os restantes trabalhadores saíram das fábricas, todo o comércio fechou e a quase totalidade de população veio para a rua. Almada era um mar de gente. Toda a população participa nesta heroica luta. Canta-se o Hino Nacional, dão-se vivas à liberdade, à democracia, exige-se amnistia, "abaixo Salazar" e grita-se: "Bandidos, assassinos, em breve pagarão todos os vossos crimes".

As manifestações de massa desenvolvem-se e estendem-se simultaneamente por diversos lados. Quando o povo se encontra em ruas alcatroadas onde nada tem para se defender, recua e foge das forças repressivas. Mas quando chegam a locais onde há pedras (as munições das massas), as pedras que até crianças atiram chovem sobre as forças policiais, o povo desafia mesmo as forças repressivas, mas estas não aceitam o desafio. Em certa altura, na Avenida Afonso Henriques, uma das principais artérias da vila, uma multidão de 1.000 pessoas ou mais faz parar todo o trânsito e, numa comovente homenagem à memória do operário assassinado, faz ali mesmo 2 minutos de silêncio.

A noite, a luta heroica do povo continua e organizam-se, em Almada e na Cova da Piedade, duas novas manifestações com mil pessoas em cada uma delas.

A luta não terminou, ela continuará. Quando na luta pela liberdade um povo dá tais exemplos de valentia e heroísmo, a conquista da democracia não virá numa época longínqua, mas num futuro que não será longo.

## Grandiosa Manifestação em Almada

O jornal clandestino "Avante!" órgão do P.C.P. publicou este relato dos acontecimentos de novembro passado e que mostra ao mundo a heroica resistência do povo de Portugal às bestiais investidas dos sicários de Salazar.

As grandiosas manifestações de todo o heroico povo de Almada nos dias 11 e 14 ficaram gravadas para sempre na história da luta contra o fascismo.

Na noite de dia 10 tinham sido presos vários trabalhadores, mas isso não impediu que no dia 11, cerca de 18 horas, se concentrassem na Cova da Piedade mais de 2.000 trabalhadores que iniciaram uma manifestação a caminho de Almada, onde aí já eram uns 5.000 ou mais. Em determinada altura, deparou-se-lhes uma barreira de 15 PSP que pretenderam agredir o povo e sustar a manifestação, mas a policia foi derrotada e forçada a fugir em debandada, com alguns deles bastante machucados.

A irresistível manifestação prosseguiu, juntando-se a ela grande número de mulheres e até crianças. Das portas e das janelas batiam palmas e aplaudiam e todos cantavam e gritavam em coro: "Liberdade!", "Abaixo Salazar, e a tirania!", "Que regressem os soldados!", "Fora Salazar!", etc.

Um segundo choque com as forças repressivas deu-se perto do "Atlético de Almada", onde mais uma vez elas foram dominadas. Quando a manifestação se aproximava da Academia Almadaense surgiu grande força conjunta (PIDE, GNR e PSP) armada de metralhadoras, mas as massas não recuaram e continuaram avançando ao grito de "Abaixo o medo!", "Não há medo!". Trouvou-lhe então, durante cerca de meia hora, longa e heroica luta, em que as massas recorriam às pedras e a tudo o que podiam para se defenderem das arremetidas da repressão e libertar, lutando com a policia, todos os que aquela pretendia encarcerar. A manifestação e os choques com as forças repressivas prolongaram-se durante

cerca de duas horas.

## Condenada Fernanda Tomas

O Tribunal Plenario de Lisboa, em julgamento feito no dia 29 de novembro passado, condenou por atividades subversivas a patriota portuguesa FERNANDA PAIVA TOMAZ, de 32 anos de idade, a 8 anos de prisão seguidos da perda de direitos civis e políticos durante 15 anos.

## Salvemos Maria da Piedade

Renovamos a divulgação de um patetico apelo para que, se interceda junto da Cruz Vermelha Internacional e outras organizações similares, no sentido de exigirem à Policia Politica do governo Salazar que faculte a visita à "enfermaria" do estabelecimento prisional onde se encontra em risco de vida e sem assistência alguma, a patriota portuguesa MARIA DA PIEDADE GOMES DOS SANTOS e que um medico escolhido por essa Cruz Vermelha e perante ela responsável superintenda o tratamento que o estado de saúde dela exige.



PAGINA 7

## UM JOVEM OPERARIO ASSASSINADO

Impotentes para conter as massas, os oficiais fascistas deram ordem para metralhar o povo, dizendo o sub-chefe: "Matam-se uns e os outros abalam." Perante as continuas rajadas de metralhadora, o povo, que pedia armas, mas não as tinha, foi forçado a dispersar, mas um seu companheiro o operário corticeiro Cândido Martins Capiê fora morto, assassinado por uma das rajadas do sub-chefe ou do sargento Alves.

O assassinato, a repressão, símbolos da "ordem" fascista reinante, tinham de deixar o seu rastro sangüinário na heroica manifestação do povo trabalhador de Almada. O jovem operário enfileira ao lado das centenas de mártires que deram as suas vidas pela liberdade e a independência da nossa Pátria.

Muitos populares ficaram feridos, um deles gravemente, mas diversos agentes das forças policiais ficaram inanimados e tiveram de ir para o hospital. Como disse um dos manifestantes: "Levamos muita porrada, mas desta vez demos muito mais". Tal afirmação é bem a certeza de que a metralha e os assassinatos não poderão paralisar ou sustar a crescente disposição de luta das massas, como os acontecimentos posteriores vieram confirmar.

## AS HEROICAS MANIFESTAÇÕES NO DIA 14

No dia 14 dia fixado para o funeral do camarada assassinado, Almada foi ocupada militarmente por grandes forças da PIDE, GNR e PSP vindas de Lisboa, Setúbal, Barreiro, Seixal, etc. Só a brigada móvel da PSP contava 200 policiais. Todas estas forças repressivas, juntamente com os carros de assalto, os jeeps a cavalaria, as metralhadoras e granadas de mão, criaram um verdadeiro aparato de guerra com o objectivo de apavorar o povo. Mas o povo não se intimidou.

As 15 horas, hora fixada para o funeral, o largo de Cacilhas estava repleto duma multidão que transportava milhares de ramos de flores. Encontravam-se ali numerosas mulheres, crianças e delegações de trabalhadores vindos de todos os pontos da margem sul, de Lisboa, do Algarve e outras regiões. Grande número de trabalhadores das principais empresas de Almada (Arsenal, Pary-Sun, Olho de Boi, etc.) cessaram o trabalho da parte da tarde e só não houve paralização total porque as gerências ameaçaram despedir os que abandonassem o trabalho.

Temendo a acção e indignação do povo, a PIDE tenta ludibriar 2 irmãos da vítima propondo-lhes que o cadáver seja sepultado em Lisboa. Tal intento é repellido e como o tempo passa e o corpo do jovem mártir não aparece (pois a PIDE rou-

(Conclui na pág. 7)



**PORTUGAL  
DEMOCRATICO**

**Momento Internacional**

**Santa Aliança Peninsular**

O nosso companheiro Paulo de Castro escreveu em "Diário de Notícias" do Rio de Janeiro, este comentário, que nos parece de extraordinária importância, e que diz, na íntegra:

A notícia de que tinha havido um entendimento entre Salazar e Franco para o envio de tropas espanholas a Portugal, caso fosse necessário esmagar uma revolta interna, dada a intensificação da crise política e militar após os acontecimentos de Angola, foi desmentida pelo governo de Lisboa.

Ora, para desmentir a notícia, seria preciso desmentir a existência do próprio Pacto Ibérico assinado em 17 de março de 1939. Este pacto tem um protocolo adicional de 29 de julho de 1940, em que se fala na segurança interna e na colaboração para a segurança interna.

Ainda no início deste ano, em longo comentário, sobre a política de Portugal e Espanha e sobre o pacto, o diplomata Philippe Aubert de La Rue ("Politique Etrangere" n.º 1 de 1961), apesar de suas simpatias, ou pelo menos das suas condescendências para com a política dos ditadores peninsulares, assinala o sentido de defesa mútua de "segurança" interna da Península que presidiu ao pacto. E mesmo já antes do pacto todos conhecem a cumplicidade existente entre os grupos dos dois lados, primeiro para derrubar a democracia em Portugal (os monárquicos portugueses diziam: "Antes Afonso XIII do que Afonso Costa", e na Espanha prepararam as excursões de Couceiro, etc.); e depois a ajuda prestada por Salazar à rebelião de Sanjurjo e Franco contra a República Espanhola. Assim, este é o tipo do desmentido que antes teria de desmentir o Pacto Ibérico. O apoio entre as duas oligarquias, de Portugal e Espanha, mesmo sem o pacto faz parte das tradições dessas oligarquias. Nesse sentido, o pacto não é mais do que a expressão jurídica dessas cumplicidades contra os povos de Portugal e Espanha. É a Santa Aliança Peninsular. O espírito do Pacto Ibérico e dessa colaboração das oligarquias está teoricamente fundamentado no livro do integralista (tinha de ser integralista) António Sardinha, "A Aliança Peninsular".

\*\*\*

A colaboração sempre existiu entre Salazar e Franco, não apenas na guerra civil e no domínio dos armamentos, mas na entrega de prisioneiros espanhóis (que tinham fugido pelas fronteiras) por Salazar a Franco. O pacto veio dar forma a esta colaboração das oligarquias e neste momento os entendimentos foram de caráter puramente técnico, estudar a sua possível aplicação, em prazo curto. Quanto ainda ao desmentido do governo de Lisboa, temos precisamente na nossa frente, além da notícia tal, como foi divulgada nos principais jornais do mundo (e não apenas por uma agência, mas por correspondentes), um artigo do importante semanário suíço, "Weltwoche", de Zurique, considerado como uma das publicações mais sérias da Europa Ocidental e de tendências conservadoras liberais, em que os entendimentos são descritos, sem deixar a mínima possibilidade a um desmentido válido.

Tanto pelo Pacto Ibérico (e não seria preciso nada mais que a existência do pacto para garantir uma entrada de tropas espanholas em Portugal), como pelos usos mesmo antes do pacto de auxílio mútuo entre as oligarquias, não há desmentido que possa ser tomado a sério. Além disso, sem necessidade, mas apenas por um luxo de argumentação, temos os grandes jornais do mundo assegurando o fato, e o semanário referido gravando-o, em pormenores. Os serviços de imprensa dos ditadores devem saber que lidar com a opinião mundial esclarecida e com posse de todas as informações, é um pouco mais difícil do que fazer uso da censura para evitar que a verdade chegue até aos povos de Portugal e da Espanha.

\*\*\*

O fato é que as tropas espanholas, se eclodir um movimento de-

mocrático em Portugal, podem intervir, pois para Salazar o que interessa é preservar o poder. O esgotamento de Portugal em África numa campanha de genocídio, contra as populações africanas, prepara também o esgotamento do país, e foi sob um esgotamento análogo que se deu a perda da independência em 1580. Em nome do Pacto Ibérico, o ditador espanhol nem precisa forçar uma situação, pode entrar como salvador — e ficar. Salazar sabe que o fim da sua aventura se aproxima, já se dão movimentos de resistência nos quartéis, em Caçadores 5, em Lisboa, na Anadora, em Leiria, em Chaves, em Beja, em Évora. Soldados e muitos oficiais desertam, os pescadores de Matosinhos e 1.000 (mil) operários na siderurgia de Ceiras fazem greve contra a guerra de Angola, todos os produtos afetados pelo imposto de guerra sofreram uma baixa de consumo de cerca de 50%. Em Lisboa, os estudantes manifestam-se nas ruas e em Coimbra a União dos Estudantes é acusada de traição pelo governo por se recusar a dar apoio à guerra de Angola, apesar das violentas pressões. Salazar sabe que a situação se encaminha para um desenlace e por isso quer as tropas espanholas. O que evidentemente dará uma complicação internacional.

**«Liberdade»  
de  
Culto**

A semelhança do que aconteceu com a Assembléa de Deus, da Igreja Evangélica, cuja notícia se tornou pública, foi também há dias encerrada a Juventude Evangélica Portuguesa, com sede na Avenida D. Carlos, 35, 2.º, em Lisboa.

★

Como foi noticiado, o encerramento da Assembléa de Deus deve-se a uma ordem de despejo do Município de Cascais. Tinha a sede na rua Capitão Leitão, lote 7, rés-do-chão, esquerdo, Parede, e o respectivo auto de devolução ao proprietário foi exarado nos seguintes termos, esclarecedores:

"O representante do proprietário do prédio foi avisado e ficou ciente de que não deve entregar a chave que agora recebe, seja a quem for, para ali se realizarem práticas religiosas, ou outras, sem que o edifício seja destinado, por quem de direito, a esse fim".



**«Unidade  
Democrática  
Portuguesa» e o  
Colonialismo**

O Comitê Executivo da U.D.P. enviou ao Secretariado da ONU a seguinte carta, que fixa de maneira clara e inequívoca a posição dos Oposicionistas sobre o problema das colônias de Portugal:

São Paulo, 5 de novembro de 1961.

Ao Secretariado das Nações Unidas  
Acs cuidados da Sra. Angie Brooks, Secretária do Quarto Comitê da XVI Sessão da Assembléa Geral  
430 Park Avenue  
New York 22 — New York — U.S.A.

O Comitê Executivo da "Unidade Democrática Portuguesa" que congrega os democratas portugueses exilados e que reúne, aos numerosos grupos de São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades do Brasil, aqueles de Paris, Londres, Caracas, Montevideu, etc. — deseja levar ao conhecimento de todas as Delegações presentes à XVI sessão da Assembléa Geral das Nações Unidas, e a seus Governos, vedando-lhes que delas tomem nota, as decisões que este agrupamento de oposicionistas, das mais diversas tendências políticas à ditadura que oprime o nosso país desde 1926, acaba de tomar a respeito da discussão pela Assembléa da questão da colônia portuguesa de Angola.

A falsa denominação de "província de ultra-mar", destinada a fazer crer que as colônias se acham, sob o ponto de vista administrativo, na mesma situação das províncias que constituem o nosso território metropolitano, dá bem a medida de uma política de mentira que queremos denunciar, em nome do povo português, que se encontra impedido de se manifestar, quer pelo medo semeado pela polícia política, quer pela censura imposta à imprensa.

A "Unidade Democrática Portuguesa" repudia, igualmente, as posições de um oportunismo por demais evidente, tomadas por aqueles que se dizem oposicionistas, e que se declaram favoráveis a uma autodeterminação teórica, num futuro incerto, e que dependerá da "maioridade política" dos povos africanos.

O Governo de Lisboa demonstrou nesta questão, e em várias outras, a mais completa má fé e um total desprezo pela verdade, mesmo diante das provas indiscutíveis de seus crimes de genocídio contra a população civil de Angola, o que é, aliás, típico de toda a sua política, quer a interior, quer a exterior.

Em consequência, os democratas portugueses estando privados no seu próprio país de exprimir sua opinião, pedem que se faça ouvir na Assembléa das Nações Unidas, sua voz que exprime o desejo de ver o fim imediato da guerra colonial e a libertação dos povos de Angola e das outras colônias portuguesas.

Lastimamos que a independência das colônias portuguesas não possa desultrar de negociações, face à obstinação do atual governo português e confiamos na Assembléa Geral das Nações Unidas que saberá achar uma solução para esta situação, de acordo com a Justiça e os Direitos dos Povos.

Esta comunicação é endereçada, igualmente, ao Sr. Monji Slim, Presidente da XVI sessão da Assembléa Geral das Nações Unidas ao Sr. Dr. D. Protitch (Head of Trusteeship Department, United Nations — Presidente do Conselho de Tutela das Nações Unidas), e ao Sr. Embaixador Carlos Salamanca, Presidente da Comissão das Nações Unidas para Informação sobre Angola pelo Governo de Portugal.

O Comitê Executivo da "Unidade Democrática Portuguesa" pede, igualmente, que divulguem o teor desta carta entre todas as Delega-

ções, como documento de informação para a Assembléa Geral, e, eventualmente para o Conselho de Segurança.

Respeitosamente, pelo Comitê Executivo da "Unidade Democrática Portuguesa"

- Ruy Luis Gomes — Professor Universitário
- João Sarmento Pimentel — militar reformado
- Manuel Alfredo Tito de Moraes — Engenheiro
- João Manuel Tito de Moraes — Estudante Universitário
- Jorge de Sena — Professor Universitário
- Carlos Cruz — Engenheiro
- Augusto Aragão — Contabilista
- Joaquim Duarte Baptista — Industrial
- Manuel Myre Dorez — Engenheiro
- Fernando Lemos — Pintor
- Adolfo Casais Monteiro — Professor Universitário

**Agonisa o  
Salazarismo**

C. M. A.

Em certo sentido, o levante de Infantaria 3, em Beja, é mais um elo da já longa cadeia de lutas contra o regime fascista de Salazar e seus crimes, e que, à medida que a crise aumenta, tomam um ímpeto cada vez maior.

Se a queda de Goa, em condições humilhantes pode ser considerada uma das causas do levante de Beja, a verdade é que uma outra e bem mais forte, em nossa opinião, é o de ter atingido no máximo suportável a qualquer das chamadas "classes" da população a repressão bestial de quaisquer protestos contra a crise econômica crescente, o destino incerto (quando não a morte) de milhares de soldados, enviados para Angola, arrancados à lavoura, às fabricas, à família, e a proibição de quaisquer críticas a política internacional do governo de Salazar.

É preciso que todos os democratas estejam atentos, e não percam um instante, alertando as organizações internacionais (Cruz Vermelha, Liga dos Direitos do Homem, Associações de Juristas) para o perigo de vida em que se encontram aqueles que caírem nas mãos da PIDE, que sistematicamente se vem recusando a indicar seu paradeiro até mesmo a família e aos advogados.

Nada poderá ser feito para salvar o escultor Dias Coelho, morto em fins de dezembro a tiros em sua residência, desarmado e sem que tivesse tempo para esboçar a menor resistência. Mas tudo deverá ser feito para salvar Joaquim Pires Jorge, Americo de Sousa, Carlos Costa, Julio Martins e Otavio Rodrigues Pato, líderes operários que estavam com ele no momento de seu assassinato pela PIDE.

Nada poderá ser feito pelo jovem operário, Candido Martins, morto pela PIDE nas ruas de Almada durante as manifestações de protesto, em novembro último. Mas tudo deverá ser feito pelos companheiros do capitão Varela Gomes, feridos e presos, como ele, durante a tentativa de levante de Infantaria 3, em Beja; no primeiro dia deste ano, e que são: capitães Varela Gomes, Filipe de Oliveira e Vasconcelos Pestana; tenentes Hipólito dos Santos e Toscano de Melo, e os civis Joaquim da Conceição, Elder Santos, Jorge de Melo, Duarte Conceição, Antonio Miguel, Manuel da Encarnação, Antonio dos Santos Pereira, Fernando Pereira, Joaquim de Abreu, Antonio Correia de Matos, Filipe Lopes, Alípio Rocha, Augusto Silva Ribeiro, e mais cerca de vinte civis, segundo aquela fonte de informação, e que ainda não tiveram seus nomes divulgados pelo governo português.

A longa série de atropelos cometidos pela justiça de Salazar desde a implantação do chamado "Estado Novo", pelos vencedores da revolução de 28 de maio de 1926, e que, mais de uma vez tem sido levado ao conhecimento da Ordem dos Advogados do Brasil, solicitando a vossa intervenção, que jamais nos foi negada, junto da Ordem dos Advogados de Portugal e de outras entidades ligadas ao Poder Judiciário desse mesmo país, nos levam hoje a pedir confiadamente o auxílio da mesma Ordem para que essas pessoas que se encontram hoje em poder da polícia política (PIDE), do governo de Salazar sejam salvas.

A vida desses adversários do regime político de Salazar está, em certo sentido, em vossas mãos porque, se eles (e todos os outros presos políticos de Portugal) forem entregues a sua sorte, sem a intervenção de entidades de tão grande prestígio internacional, como é a Ordem dos Advogados do Brasil, eles não terão não só o tratamento consignado pela Declaração dos Direitos do Homem e na Carta da ONU, ambas também subscritas pelo governo português e sistematicamente violadas sempre que haja a certeza de poder sê-lo com impunidade, mas também à luz de casos passados, serão dados como desaparecidos ou mortos "quando tentavam a fuga".

Agradecendo penhoradamente a vossa intervenção, energética e urgente como a gravidade do exposto exige, queira receber Vossa Excelência, Sr. Professor Doutor Noé de Azevedo as nossas mais cordais

**Salvemos vidas humanas!**

Eis o texto da carta em questão:

São Paulo, 3 de janeiro de 1962.  
Ao Exmo. Senhor Professor Dr. Noé de Azevedo

Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (seção S. Paulo).  
Praça da Sé, 385 — 10.º andar  
Nesta

Exmo. Senhor  
O jornal "O Estado de S. Paulo" em sua edição de 30 de dezembro p.p. divulgou a notícia recebida em telegrama de Lisboa da morte do escultor Dias Coelho, abatido a tiros pela polícia política (PIDE) do governo de Salazar, e da prisão de outras pessoas que com ele se encontravam na ocasião.

Posteriormente a Radio Eldorado de São Paulo transmitindo em cadeia com a Radio Eldorado do Rio de Janeiro, noticiou às vinte e duas horas do dia 1.º de janeiro corrente, a confirmação daquelas notícias com pormenores de extrema gravidade. Segundo essa estação o escultor Dias Coelho, desarmado, nem mesmo recebera voz de prisão, sendo portanto executado sumariamente. Os seus companheiros, Joaquim Pires Jorge, Americo de Sousa, Carlos Costa, Julio Martins e Otavio Rodrigues Pato destacados líderes operários e por isso mesmo alvo predileto da polícia política do regime foram, juntamente com outras pessoas que também ali se encontravam e cujos nomes a PIDE, ainda não deu a conhecer, todos removidos sob prisão para local desconhecido, e até a data essa mesma polícia tem se recusado a revelar o paradeiro deles e mesmo a encaminhar qualquer mensagem que a família ou os advogados pretendam enviar-lhes.

Agora, e a respeito da tentativa de assalto ao quartel de Infantaria 3, em Beja sabemos por informação transmitida pela Emissora Nacional de Lisboa, estação radiofônica do governo, que se encontram presos os seguintes participantes daquela tentativa, e que são: capitães Felipe de Oliveira, Vasconcelos Pestana e Varela Gomes, este último apontado como chefe; tenentes Hipólito dos Santos, Toscano de Melo; e os civis Manuel Serra, Joaquim Conceição, Elder Santos, Jorge de Melo, Duarte Conceição, Antonio Miguel, Manuel Encarnação, Antonio dos Santos Pereira, Fernando Pereira, Joaquim de Abreu, Antonio Correia de Matos, Filipe Lopes, Alípio Rocha, Augusto Silva Ribeiro, e mais cerca de vinte civis, segundo aquela fonte de informação, e que ainda não tiveram seus nomes divulgados pelo governo português.

A longa série de atropelos cometidos pela justiça de Salazar desde a implantação do chamado "Estado Novo", pelos vencedores da revolução de 28 de maio de 1926, e que, mais de uma vez tem sido levado ao conhecimento da Ordem dos Advogados do Brasil, solicitando a vossa intervenção, que jamais nos foi negada, junto da Ordem dos Advogados de Portugal e de outras entidades ligadas ao Poder Judiciário desse mesmo país, nos levam hoje a pedir confiadamente o auxílio da mesma Ordem para que essas pessoas que se encontram hoje em poder da polícia política (PIDE), do governo de Salazar sejam salvas.

A vida desses adversários do regime político de Salazar está, em certo sentido, em vossas mãos porque, se eles (e todos os outros presos políticos de Portugal) forem entregues a sua sorte, sem a intervenção de entidades de tão grande prestígio internacional, como é a Ordem dos Advogados do Brasil, eles não terão não só o tratamento consignado pela Declaração dos Direitos do Homem e na Carta da ONU, ambas também subscritas pelo governo português e sistematicamente violadas sempre que haja a certeza de poder sê-lo com impunidade, mas também à luz de casos passados, serão dados como desaparecidos ou mortos "quando tentavam a fuga".

Agradecendo penhoradamente a vossa intervenção, energética e urgente como a gravidade do exposto exige, queira receber Vossa Excelência, Sr. Professor Doutor Noé de Azevedo as nossas mais cordais

Saudações Democráticas  
Pelo Conselho de Redação  
Adolfo Casais Monteiro  
Carlos Maria de Araujo



# Ruy Luiz Gomes: Um exemplo de estadista

A presença de Ruy Luiz Gomes no Brasil, onde chegou na tarde de sexta-feira, 15 de dezembro, vindo de Bahia Blanca (onde na Universidade daquela cidade, argentina, é professor de Física Matemática) a caminho da Europa, foi de curta duração, mas deu ensejo a que, ele mais uma vez, evidenciasse as notáveis qualidades de liderança política, que os democratas portugueses há tantos anos lhe reconhecem, e que os levou a escolhê-lo como candidato de todas as forças da Oposição representando correntes ideológicas as mais diversas, à Presidência da República de Portugal, em 1951.

A sua chegada a São Paulo, na tarde desse dia, à qual compareceram, entre outras pessoas, os democratas opositores portugueses

pronunciaram-se. Porque se a urgência em definir a posição dos democratas portugueses ante os acontecimentos não admitia de longas por outro lado, ele entendia ser imperativo a colaboração de todos para uma mensagem que envolvesse uma responsabilidade coletiva e uma definição inequívocas, representando o pensamento da maioria.

Allás a retidão da decisão tomada foi reconhecida por todos, e publicamente, conforme telegrama cujo texto publicamos seguidamente, distribuído em cópia à imprensa na entrevista coletiva, havida, de tarde nesse dia 18 assinada por aqueles que fôra possível contactar e posteriormente endossada por muitos outros.

*Embaxador Omar Loufti  
Presidente do Conselho de Segurança  
Nações Unidas  
Nova York*

*Eu, por dos acordes, eu de sua, o signatário, como democrata e julgando interpretando o sentimento do povo português, e consequentemente com a posição assumida publicamente em Portugal, em 1954 sobre esse mesmo problema, vem afirmar perante o Conselho de Segurança primeiro: que responsabiliza o governo fascista de Salazar pela situação criada nas colônias de Goa Damão e Diu com derramamento de sangue das populações civis e segundo: considerando a ameaça representada para a Paz Mundial apoio toda decisão desse organismo das Nações Unidas no sentido de um imediato cessar fogo, assegurando o direito à auto-determinação das populações daquelas colônias.*

*Ruy L. Gomes, ex-candidato à Presidência da República de Portugal*

**UM DOCUMENTO HISTÓRICO.** Dos líderes opositores que se encontram no Exterior, foi Ruy Luiz Gomes o primeiro a assumir uma atitude pública e à altura das responsabilidades que recaem sobre quem é escolhido pelo Povo (como ele foi, em 1951) para presidir aos destinos da República. Publicamos este autógrafo — documento precioso para a história da luta contra a tirania fascista de Salazar — e que é o texto do telegrama enviado na madrugada de 18 de dezembro de 1961, ao presidente do Conselho de Segurança da ONU, Omar Loufti.

Em face dos acontecimentos de Goa, o signatário, como democrata e julgando interpretar o sentimento do povo português, e consequentemente com a posição assumida publicamente em Portugal, em 1954 sobre esse mesmo problema, vem afirmar perante o Conselho de Segurança primeiro: que responsabiliza o governo fascista de Salazar pela situação criada nas colônias de Goa Damão e Diu com derramamento de sangue das populações civis e segundo: considerando a ameaça representada para a Paz Mundial apoio toda decisão desse organismo das Nações Unidas no sentido de um imediato cessar fogo, assegurando o direito à auto-determinação das populações daquelas colônias.

**Ruy Luis Gomes**  
ex-candidato à Presidência da República de Portugal

ses há mais tempo residentes na capital paulista e mais ativos no combate à ditadura fascista de Salazar, fôra pretexto para inequívocas demonstrações de apreço e de reconhecimento de Ruy Luiz Gomes, como um dos líderes mais importantes, senão o mais importante entre aqueles que se encontram em exílio no Exterior.

Cerca da meia-noite de 17 de dezembro, tão logo as emissoras de rádio deram em noticiário de urgência e de última hora a informação — ainda a ser confirmada — da entrada em Goa das primeiras forças libertadoras, logo ele se dirigiu à sede de uma das agências telegráficas internacionais acompanhando, pelo teletipo, as notícias subsequentes, que aliás não tardaram a chegar, confirmando aquela primeira informação.

E assim, às 2 horas da manhã já ele enviara ao presidente do Conselho de Segurança o telegrama que vai reproduzido, em fac-símile, nesta edição do nosso jornal. Assinou-o individualmente, porque o adiantado da hora não lhe permitia reunir a maioria dos opositores de São Paulo e do Rio de Janeiro, apesar de haver conseguido contactar alguns deles, e em conjunto,

Embaxador Omar Loufti  
President Security Council  
United Nations  
New York.

Os abaixo-assinados em seu nome e representando organizações oposição França Inglaterra Italia Venezuela Uruguai Argentina Canadá USA certos representaram também oposição democrática de Portugal tendo atenção gravidade acontecimentos provocados recusa governo Salazar negociar pacificamente problema Goa e aceitar direito à autodeterminação povos e por concordarem plenamente com telegrama enviado pelo ex-candidato presidência da República Portugal Rui Luis Gomes exprimem seu total apoio esse telegrama que representa pensamento oposição antifascista portuguesa Stop prevenendo reunião Conselho Segurança considerando governo fascista Salazar não representativo povo português portanto incapaz defender seus legítimos interesses solicitamos essa organização ouça delegação democratas portugueses. Sarmiento Pimentel, Casais Monteiro, Paulo Castro, Tito Morais, Jorge Sena, Vitor Ramos, Manuel Sertorio, Augusto Aragão, Rica Gonçalves, Fernando Lemos, Carlos Cruz, Myre Dorez, Joaquim Baptista, João Tito Morais.



URGENTE 1753607 GOVANTANTE SARMENTO  
PIMENTEL RUA STACLOWY 258 6-0 APD 6-0  
SPLO

IMPOSSIBILITADO ASSOCIAR NLI RECEBER  
A TEMPO PARTIR AVANÇAR A TAREJA EUROPA  
DA 27 FORÇA VOSSE AMIGOS PRODE NAMA  
POWERNEM VOSSE AMIRAVEL ACTIVIDADE E

ATIMPO CONFICACAO DEPENDE EXCLUSIVAMENTE  
NOSSE LUTA E NOSSE UNIDADE PROXIMA  
LIBERTACAO POVO PORTUGUES VIVA REPUBLICA  
RUY LUIS GOMES

## ULTIMA HORA Rebelião em Infantaria 3

Na madrugada de 1 de janeiro, um grupo de civis comandado pelo capitão Varela Gomes assaltou o Regimento de Infantaria 3, em Beja, e num golpe de mão conseguiu dominar o quartel até ao amanhecer.

O levante foi sufocado depois de algumas horas de luta. Entre os mortos figura o sub-secretário do Exército, tenente-coronel Jayme Felipe da Fonseca, abatido, quando procurava obrigar os rebeldes a se entregarem. Por sua vez, o capitão Varela Gomes ficou gravemente ferido, e á hora de fecharmos esta edição, sabia-se que ele estava sendo interrogado por elementos da PIDE, no hospital.

O governo fascista de Salazar suspeitava que alguma coisa se tramava, porquanto as forças armadas do país haviam entrado de prontidão há já alguns dias.

Golpe de mão — que é o que nos parece mais provável — ou parte de um plano que haja malogrado, a verdade é que o levante de Infantaria 3 é mais uma prova da inquietação e descontentamento reinantes em todo o país, a braços com uma crise económica crescente, resultado inevitável do desgaste provocado pela guerra de Angola, sorvedouro de dinheiro e de vidas, descontentamento agora agravado pela rendição em condições vergonhosas dos chefes militares que juravam "defender Goa até á morte" e que se renderam sem resistência, ao "invasor".

A hora de Salazar está cada vez mais próxima!

# Uma Vitoria do Povo

O jornal "Primeiro de Janeiro", do Porto, publicou, no dia 6 de dezembro, a notícia que transcrevemos.

A fuga desses patriotas é mais uma prova, pela maneira como foi preparada e, depois, pelo êxito dela, que eles não estavam sós.

Os longos anos no carcere, e a dificuldade de contato, quantas vezes completamente proibido, até mesmo com os familiares mais próximos — pais, irmãos, mulher e filhos — não impedem que esses patriotas portugueses sejam lembrados. Antes pelo contrário. O povo português, de quem eles são parte das mais preciosas, acompanha, atento, o longo martírio de todos eles e, pacientemente, tenazmente, em silêncio, vai providenciando tudo que for necessário para que qualquer possibilidade de fuga, por mais remota que ela seja não deixe de ser aproveitada, e secundada.

Eis a notícia:

## OS PRESOS QUE FUGIRAM DO FORTE DE CAXIAS AINDA NAO FORAM RECAPTURADOS

A evasão de presos do reduto norte do forte de Caxias, ontem dia 5 de dezembro, e sobre a qual a autoridade policial respectiva continua a manter o maior sigilo, é conhecida já nalguns dos seus pormenores. Entre os evadidos, um teve papel preponderante na fuga. Trata-se de um motorista da Carris, que depois passou para as oficinas como mecânico, ao que parece, de nome Tarejo, que se encontrava preso por distribuição de panfletos subversivos. Devido à sua competência profissional, que se tornou necessária, foi-lhe confiada a reparação e afinação dos motores dos carros celulares. No dia da fuga, ele procedia à reparação de um automóvel alemão blindado. Quando ele se encontrava ao volante a experimentar o motor, apareceram sete reclusos que revelando um plano bem estruturado, correram para o automóvel, que já se encontrava com as portas abertas. Imediatamente, o carro acelerou vertiginosamente e saiu pelo portão que normalmente se encontrava encerrado, e naquele momento estava semi-aberto. O carro, com a sua enorme potência, arrombou a outra metade do portão e saiu em grande velocidade. Os guardas tentaram perseguir os fugitivos, mas os carros celulares tinham sido previamente sabotados. Foi então, que dispararam sobre o automóvel blindado, sem consequências.

Apesar do alarme dado imediatamente, não foi possível capturar o veículo fugitivo, que, conforme noticiamos ontem, foi encontrado abandonado mais tarde. As diligências que imediatamente se es tenderam a todo o país não deram qualquer resultado, pelo que nenhum dos reclusos foi ainda encontrado.

Além do mecânico da Carris, fugiram entre os evadidos, Elidio Dias Esteves, de 37 anos, solteiro, carpinteiro, natural de Canelas (Estarreja), que anteontem deveria ter comparecido no Tribunal Plenario, para ser julgado. O Elidio encontrava-se numa sala com outros indivíduos igualmente acusados de pertencerem a uma organização secreta e subversiva, entre os quais figuram os restantes seis fugitivos. Nessa sala encontravam-se Francisco Miguel e Guilherme de Carvalho, pertencentes ao grupo fugitivo de Peniche, que depois foram recapturados, e ainda Domingos Abrantes, há poucos dias condenado no Tribunal Militar; José Camilo Rolando Verdial, José Magro e Orlando Ramos. Entre estes devem contar-se os fugitivos. A identidade exata não é possível ser dada, por a entidade competente não achar conveniente dá-la.

Endereços de Assinantes

**PORTUGAL DEMOCRATICO**  
Rua Conselheiro Furtado, 191  
São Paulo, Brasil

**DIRETOR RESPONSÁVEL**  
Otávio Martins de Moura

**CONSELHO DE REDAÇÃO**  
Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena, Manuel Sertório, Paulo de Castro, Vitor Ramos.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Neves, Francisco Lopes; Manuel Ferreira Moura.

**REPRESENTANTES**  
RIO DE JANEIRO — SUCURSAL: — Av Rio Branco, 185 — Gr. 509 — Edif. Marquês de Herval — Telefone: 22.9224 — ROMAX IMP. EXP. LTDA.  
FORTALEZA: Dr. Carlos d'Alge — Rua Senador Pompeu, 832 — Fortaleza — Ceará  
ESTADO DO RIO — Manuel da Costa (Maneca) — Rua da Varzea, 195 — C. P. 114 — Caxias  
BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 390 — sala 304 — Caixa Postal 24 — Belo Horizonte — (Minas Gerais)  
PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas Rio Grande do Sul  
PORTO ALEGRE: Fernando Teodoro de Almeida Soares — Edif. Chaves, 12.º, s/1201 — Caixa Postal 2.559 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul  
SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, nº 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia).  
INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.  
CANADÁ: Comitê dos Portugueses Democratas do Canadá — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá  
FRANÇA: Tomás Ferreira Rato, 29 Rue St. André des Arts — Paris, 6.me.  
VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas  
ARGENTINA — Joaquim dos Santos — Calle de Los Llanos, 1790 — DOCK SUR — Avellaneda — Buenos Aires  
URUGUAI — Agrupação de Portugueses Democratas — Colônia 1.013 — P. 7 — Montevideo  
CHECOSLOVÁQUIA: Manuel Nunes — Konevova, 160 — Ziskov — Praha —  
UNIÃO SUL-AFRICANA: J. Sarmiento — P. O. Box 3314 — Johannesburg.  
**REDAÇÃO**  
Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

**EXPEDIENTE**  
Dias úteis: das 19 às 22 horas  
Sábados: das 15 às 19 horas  
Número avulso: Cr\$ 10,00  
Assinatura anual: Cr\$ 300,00  
Assinatura especial: Cr\$ 500,00  
Ass. p/ o Exterior: U.S. 5,00

Ano VI - N.º 56 - Janeiro de 1962

*Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo do consequente de sua exclusiva responsabilidade.*